



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

LOURDES RAFAELLA SANTOS FLORENCIO

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO – FFC:
REPRESENTAÇÕES SOBRE A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

FORTALEZA

2012

LOURDES RAFAELLA SANTOS FLORENCIO

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO – FFC:
REPRESENTAÇÕES SOBRE A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de Concentração: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues.

FORTALEZA

2012

LOURDES RAFAELLA SANTOS FLORENCIO

FUNDAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO – FFC:
REPRESENTAÇÕES SOBRE A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de Concentração: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues.

Aprovada em: _____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Rogério Santana
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco de Assis Francelino Alves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico esse trabalho aos meus pais, Antônio Maurílio e Maria de Lourdes, pela certeza de que a minha realização profissional teve início na afeição com que sempre cuidaram da minha vida educacional.

AGRADECIMENTOS

A minha família, por terem embarcado nos meus sonhos. Obrigado pelo eterno apoio e compreensão. Sem vocês não teria conseguido.

Ao meu orientador, professor Rui Martinho Rodrigues, agradeço pela generosidade e presteza com que acompanhou o meu processo de criação e maturação das ideias.

Ao Núcleo de História e Memória da Educação – NHIME, em especial aos professores Gerardo Vasconcelos, José Rogério Santana, Raimundo Elmo Vasconcelos e Ari de Andrade.

Aos amigos que, junto comigo iniciaram esse processo, Lia, Luciana, Cibelle, Aleksandra, Naigleison e Flavianni. Pessoas que, além de colegas tornaram-se amigos.

A Nadja Rinelle, Karla Pires, Rita Rocha e Anderson Pires, que em Fortaleza constituíram comigo uma “outra família”.

Voltando ao Cariri, agradeço as professoras Maria Telvira e Zuleide Queiroz por terem me apresentado e ensinado muito sobre o mundo da Pesquisa e da História da Educação.

Por fim, aos meus amigos de luta e de vida, os quais tive oportunidade de conviver durante anos na Universidade Regional do Cariri. A Jeanni, Alex, Samuel, Ítalo, Diego, Karla, Marcos.

À FUNCAP pelo financiamento nos estudos.

“[...] e já se passou o tempo em que o tempo não contava. O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado”.

Walter Benjamim

RESUMO

Interiorização do ensino superior e sua representação na imagem da cidade são objetos de desse estudo. Trata da construção de sentidos empreendidas da Faculdade de Filosofia do Crato a partir da ideia de cidade. Sua fundação aconteceu em 1959, naquele momento, já havia uma elite intelectual que vinha apreendendo a tarefa de construir uma imagem de cidade civilizada e urbanizada, pautada numa tradição educacional. A Igreja Católica, que também vivia seus momentos de adaptação a realidade posta, detinha o pioneirismo no campo educacional. Em âmbito nacional, se consolidava um sistema nacional de educação e uma expansão do ensino secundário, o que acarretou no aumento da demanda de professores qualificados. Nesse contexto, essa dissertação busca entender como aspectos, aparentemente desconexos, se entrelaçam e intervêm na história educacional e na representação da Faculdade de Filosofia do Crato.

Palavras-chave: História da Educação; Ensino Superior; Modernidade; Representação

ABSTRACT

Internalization of higher education and their representation in the city's image are objects of this study. This way undertaken the construction of the Faculty of Philosophy of Crato from the idea of the city. Its foundation came in 1959, at the time, had an intellectual elite that was seizing the task of building an image of civilized and urbanized city, based on a tradition of education. The Catholic Church, who also lived moments of adaptation to reality brought, had the pioneer in the educational field. Nationally, it consolidated a national system of education and an expansion of secondary education, which resulted in increased demand for qualified teachers. In this context, this dissertation seeks to understand how aspects, seemingly unrelated, are intertwined and involved in educational history and representation of the Faculty of Philosophy of Crato.

Keywords: History of Education, Higher Education, Modernity, Representation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vista da Cidade do Crato no início do século XX.....	49
Figura 2 - Foto da Cidade do Crato.....	50
Figura 3 - Convênio da FFC e Escola Normal Rural Madre Ana Couto.....	68
Figura 4 - Capa da primeira edição da revista da Faculdade de Filosofia.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Departamentos e oferta de disciplinas da FFC.....	65
Tabela 02- Sobre a primeira seleção da Faculdade de Filosofia do Crato.....	69

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

AC – Ação Católica

ACB – Ação Católica Brasileira

CADES - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão de Ensino Secundário

CRAJUBAR – Crato, Juazeiro, Barbalha

FFC – Faculdade de Filosofia do Crato

IESC – Instituto de Ensino Superior do Cariri

MEC - Ministério de Educação e Cultura

UC- Universidade do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. SOCIEDADE, MODERNIDADE E IGREJA CATÓLICA	19
1.1 Igreja e educação brasileira	19
1.2 A constituição do ensino superior brasileiro	26
1.3 A Diocese do Crato e a intervenção na cidade	34
2. EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS	44
2.1 Seminário São José, símbolo do ensino superior	44
2.2 Lampejos de modernidade na cidade do Crato	52
3. FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO - F.F.C. E A TRADIÇÃO EDUCACIONAL DA CIDADE DO CRATO	58
3.1 Interiorização do ensino superior cearense e a articulação pró-F.F.C.	58
3.2 Caracterização da Faculdade de Filosofia do Crato	63
3.3 Produções e representações intelectuais sobre a F.F.C.	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	95

INTRODUÇÃO

Nesse estudo, buscou-se entender como aspectos, aparentemente desconexos, entrelaçam-se e intervêm na história educacional de uma determinada localidade. A construção do objeto de pesquisa se dá pelo encontro das experiências pessoais e acadêmicas da autora, por ter vivido desde a infância até a vida adulta na cidade do Crato, região do Cariri, no Ceará, especificamente próximo ao Seminário São José e ter compartilhado várias peculiaridades da cidade, sobremaneira, a forte influência que a Igreja Católica exerce sobre cidade.

Outro elemento importante nessa constituição é a crença de que, por motivos vários, a cidade do Crato fosse “melhor” que Juazeiro do Norte.

Ao iniciar a graduação em História, pela Universidade Regional do Cariri – URCA, paulatinamente, percebeu-se que as referidas nuances faziam parte de acontecimentos passados¹ que, certamente, afetaram a história e, principalmente, a memória e a identidade, não só da cidade do Crato, mas também de toda a região do Cariri. Em contato com fontes históricas das décadas de 50, 60 e 70 do século XX, em especial, jornais e revistas, identificaram-se vários elementos discursivos dos quais pode intuir-se grande influência do “mundo moderno” nas representações dos intelectuais locais e da própria Igreja Católica.

Dessa forma, o trabalho que se segue tem, por desígnio, estudar a fundação e a representação da Faculdade de Filosofia do Crato a partir da ligação de aspectos globais e regionais. Para tanto, esse estudo partiu de 1889, ano do suposto milagre do Padre Cícero, por acreditar que esse fato influenciou a atuação da Igreja Católica na região do Cariri. Procurou traçar-se um esboço histórico até 1960, quando enfim é fundada e iniciada as atividades da F.F.C. Elegeu-se como elemento instigador dessa pesquisa o entrelaço que submerge a constituição da Faculdade de Filosofia do Crato, articulada com o arrolamento do momento histórico em que o processo estava imerso.

Pesquisas com esse cunho podem proporcionar, em âmbito acadêmico e também social, a possibilidade de debates sobre as articulações sociais, políticas e culturais que constituem as sociedades, a forma como são apresentadas e vivenciadas por quem nela está inserida, demonstrando, assim, as diversas intencionalidades presentes em todas as esferas sociais, cabendo, ainda, reflexões sobre a construção de significados e de memórias que são, muitas vezes, forjadas e internalizadas na sociedade.

¹ Entre esses acontecimentos destacam-se principalmente os rumores de milagres atribuídos ao Padre Cícero ainda no final do século XIX, os quais serão contextualizados de forma aprofundada à frente.

Dessa forma, com o auxílio dos debates em Histórica da Educação, jogar-se-á luz sobre a teia que compõe a Faculdade de Filosofia do Crato, vendo-a não como um evento atípico do que acontecia em âmbito nacional e internacional, mas, sim, como uma parte constitutiva que, assim como influencia, também é influenciada.

Esse primeiro apanhado sobre o objeto a ser estudado, faz-se pensar a Faculdade de Filosofia do Crato como uma trama, munida por práticas fincadas dentro de um espaço de disputas e de conflitos. Assim, compreende-se o conceito de espaço como um lugar construído através das práticas de seus usuários, dos sujeitos que nele compartilham (CERTEAU, 1994, p. 201). Durval Muniz (2006, p. 27) aborda, no seu estudo sobre a construção de significações sobre o Nordeste, questões ligadas à criação de sentidos que se institucionalizam e ganham sentido de verdade e a construção de identidade nacional ou regional dentro dessa percepção,

[...] é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. [...] Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas.

Dentro da busca por símbolos da modernidade e do progresso, os agentes progressistas, unidos em torno de suas associações, trabalharam no sentido de dotar a cidade de seus signos como forma de impor sua visão de mundo.

Pensar a cidade como o espaço dessa pesquisa é vê-la como lugar onde são construídas representações a partir do imaginário coletivo, que esculpem identidades e conferem significados, construindo, assim, sentidos sobre o mundo. O imaginário, segundo Pesavento (2005, p. 47), é visto como conceito central nas análises sobre realidades passadas, pois, a partir do imaginário, pode-se

[...] traduzir a experiência do vivido e do não-vivido, ou seja, do suporte, do desconhecido, do desejado, do temido, do intuído. [...] O real é sempre o referente da construção imaginária do mundo, mas não é o seu reflexo ou cópia. O imaginário é composto de um fio terra, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre coisas que concretamente não existem.

Arelado a discussão sobre o imaginário, fazem-se necessárias, ainda, algumas considerações sobre o conceito de representação, pois, a partir das representações sobre o mundo construídas pelos sujeitos, torna-se possível a interpretação de realidades passadas.

Esse conceito é fundamental para identificar os vários grupos sociais que mutuamente influenciaram, construíram e deram significado à Faculdade de Filosofia do Crato, já que as representações possibilitam apreender as formas como diferentes lugares e momentos, e determinadas realidades sociais são construídas, pensadas e interpretadas. (CHARTIER, 1990, p. 17-18).

Ao pensar sobre a modernidade e sobre o espírito desenvolvimentista presente no período a ser estudado, ganha-se um maior sentido quando se observam as ponderações de Jacques Le Goff sobre o conceito de Progresso, postulado e caracterizado por ser “ eminentemente ocidental”. Possui sua origem no aparecimento e no desencadeamento da ciência moderna. Para Le Goff, após “1945, a grande novidade, na perspectiva do progresso, foi o despertar do Terceiro Mundo [...]. Esse fenômeno conduziu à desocidentalização da idéia de progresso e ao suscitar de esforços em favor do desenvolvimento” (1996, p. 267).

Limiar é a fronteira que separa o progresso da civilização e, segundo Norbert Elias (2008, p. 23), esse é um conceito bastante difuso porque, embora seja perfeitamente claro para a sociedade que o utiliza, é de difícil definição para um estrangeiro. De modo geral, designa para dada sociedade “o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”.

Sobre o entendimento de Moderno, Nicolau Sevcenko (1992, p. 228) aponta que ele ganha uma força expressiva, no Brasil, desde a década de 1920 em que “Moderno se torna a palavra-origem, o novo absoluto, a palavra-futuro, a palavra-ação, a palavra-potência, a palavra-libertação, a palavra-alumbramento, a palavra-reencantamento, a palavra-epifania.” É essa a idéia que interessa reter no momento, o sentido de moderno como sendo aquilo que pode tornar-se novo, diferente.

Especificamente sobre o Brasil, Renato Ortiz aponta que as mudanças ocorridas no País fazem parte de um projeto maior, o de modernização do país. O autor supracitado acredita que, principalmente, entre as décadas de 60 e 70 do século XX, o Brasil passou por um processo de consolidação do consumo, assegurado principalmente pelo "mercado de bens simbólicos". Para ele, o Estado se configura como o maior agente da modernização.

Há que se sublinhar o fato de que a memória é uma construção social e, enquanto construção, comporta um sentido político, que leva à valorização e/ou ao reconhecimento dela. A partir da memória é possível analisar aspectos individuais e coletivos. O entendimento da memória como um objeto de estudo das Ciências Humanas tem como precursor o sociólogo Maurice Halbwachs. Em seu trabalho, a memória é entendida não como uma

simples reprodução das ideias passadas, mas, sim, como uma edificação das experiências passadas que se constrói a partir do presente, a qual sofre, além disso, influência direta do contexto em que o sujeito está inserido, ou seja, são os “quadros sociais” que produzem a construção da memória e, portanto, esta não é individual mais, sim, coletiva.

Desse modo, a memória é vista como algo que é rememorado pelos indivíduos, mas sua forma e seu conteúdo são determinados pelo grupo e/ou pela sociedade em que o sujeito está inserido. Na contemporaneidade, esse conceito de Memória Coletiva vem sendo substituído por Memória Social, em que o indivíduo – e não só o social - é visto como sujeito constitutivo da memória. Como lembra o Michel Pollak, “a memória é um fenômeno construído social e individualmente [...] podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”. O autor nos alerta ainda que “a memória é seletiva” e que, muitas vezes, configura-se como lugar de disputa já que nossa identidade é construída a partir de nossas memórias, em outras palavras, a memória vinculada à identidade se torna um campo de disputa. (POLLAK, 1992, pp. 204-205).

Assim sendo, entende-se a memória como um fenômeno social, ou seja, como um acontecimento que surge e se altera de acordo com as relações sociais, contudo, como participação ativa dos sujeitos.

Em consonância, é relevante citar ainda as contribuições de Pierre Nora (1993, p.09) que aponta para a necessidade de refletir sobre os lugares de memória (construídos socialmente), e sua relação com a História, como o fazer historiográfico já que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga a continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é o absoluto e a história o relativo”.

Na pesquisa histórica, o diálogo que o pesquisador estabelece com diferentes tempos e sociedades sobrevêm principalmente por meio dos resquícios. Todavia, ao abordar sobre essa delicada relação, Walter Benjamin adverte que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ‘ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224). Em concórdia com Benjamin, não se buscará reconstruir um passado e, sim analisá-lo a partir dos vestígios, nos quais o resultado da apreciação será produto do tempo presente.

Frente aos objetivos empreendidos, fez-se uma análise qualitativa já que se trabalhou “com o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes [...] e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de

variáveis. (MINAYO, 2004, p. 21-22). Preocupou-se em fazer uma análise crítica das fontes utilizadas, afinal, “toda reflexão metodológica enraíza-se, com efeito, numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico.” (CHARTIER, 1990, p. 178).

Para a viabilização dessa pesquisa recorreu-se a uma vasta produção intelectual. Livros, revistas e jornais, especialmente o Jornal A Ação, pertencente à Diocese do Crato sendo este um importante veículo de comunicação, um grande elo entre a Igreja Católica e a sociedade local. Percebe-se, na análise de Cortez - ao historicizar os muitos periódicos existentes entre final do século XIX e primeira metade do século XX na cidade do Crato – um panorama da importância e da aceitação que o Jornal A Ação possuía junto às pessoas dessa cidade:

[...] o jornal de maior tiragem e de maior longevidade entre todos os outros (circulou de 1939 a 1985, ininterruptamente): o *A Ação* pertencente à Diocese do Crato. Esse jornal foi, a princípio, a folha impressa da Ação Católica dessa diocese. Ele se constituiu em suporte do projeto de civilidade cristã que era um componente daquela construção da “cidade da cultura”

Pode-se afirmar que nenhum jornal da imprensa cratense foi tão enfático na sua função pedagógica. Nenhum se mostrou tão competente na organização dos seus “espaços legíveis” (na semântica dos textos) com vista à modelação das condutas desejáveis na “cidade da cultura” quanto o jornal *A Ação*. (CORTEZ, 2000, pp. 178-179).

No Departamento Histórico Diocesano Padre Antonio Gomes de Araújo – DHPG, na cidade do Crato – CE- encontrou-se um acervo de Jornais e outros documentos disponíveis à pesquisa, entre eles, está o Jornal A Ação, possibilitando apreender o conteúdo que o jornal traz sobre os assuntos correlatos à pesquisa. O impresso, como ressalta Cavalcante,

[...] deve ser visto como um lugar do encontro de fontes escritas, orais e imagéticas. Isso justifica a defesa da utilização do jornal na pesquisa histórica, como fonte privilegiada de pesquisa, por ser uma oficina onde se processa a fundição de saberes diversos, ações de múltiplos sujeitos e acontecimentos de diferentes escalas espaciais e temporais, que vão do pequeno ao grande, do particular ao geral, do imediato ao mais remoto, (CAVALCANTE, 2008, p. 540).

Assim, opta-se por analisar o Jornal A Ação, por entender que os periódicos tomam um espaço distinto na análise historiográfica, apreendido como parte representativa das complexas relações sociais. O jornal torna-se a materialização – embora fragmentada – de representações de determinados sujeitos e memórias.

O Jornal A Ação era semanal, gerando um grande volume de periódicos. Para apreciá-lo, criou-se um método sistemático para a coleta dos dados, assim, consideram-se

fontes todas as notícias, comentários, colunas, crônicas que, de forma direta ou indireta, esteja ligado ao tema.

Outras valiosas fontes foram as diretamente construídas pela Faculdade de Filosofia do Crato. A Revista HYHYTÉ, ANAIS além de documentos oficiais como atas, regimento, relatórios de atividades, entre outras. Também contou com a Revista Itaytera, arquitetada pelo Instituto Cultural do Cariri – ICC, onde donde é latente o espírito progressista dos seus idealizadores e escritores, confrontando as idéias de intelectuais cratenses, dentre eles alguns padres da Diocese do Crato. Os exemplares da Revista Itaytera e HYHYTÉ foram localizadas na Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri – URCA e na Biblioteca de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Dessa forma, a imprensa ganha um lugar de destaque nessa pesquisa e, em harmonia com Cavalcante, a pesquisadora Capelato, ao referir-se ao contemporâneo olhar da historiografia para a imprensa, afiança que:

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. [...] A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas. (CAPELATO, 1994, p. 24-25).

Definidos o direcionamento teórico-metodológico, buscou-se construir uma análise sobre a história da cidade do Crato a partir do seu entrelaço com a educação, sem se preocupar em buscar o limiar.

A ideia é contribuir para as discussões historiográficas acerca da educação, buscando entender as formas como a educação é tomada na representação e na construção de sentidos a partir do compartilhamento de práticas culturais. Atiçadas pela amálgama da tradição e da modernidade, alimentadas pelo desejo de poder e saber, pela vontade de se eternizar na memória da sociedade.

Para responder as inquietudes postas, o trabalho dividiu-se em três capítulos. No primeiro capítulo, Sociedade, Modernidade e Igreja Católica, se faz um apanhado histórico sobre o espaço da Igreja Católica no campo educacional brasileiro. Atentando para suas diversas táticas de atuação, em correspondência aos momentos históricos que, principalmente no nascer do século XX, enrijece as engrenagens do ser-moderno, lubrificadas pela ser-letrado. Fazendo com que a Igreja tornasse um ser-atuante.

No segundo Capítulo, Educação e Construção de Sentidos, são abordadas as edificações da identidade e memória do Crato, estruturada em um suposto pioneirismo

educacional, no Seminário São José do Crato e no espírito modernizante da cidade. Ideias construídas principalmente encima das narrativas dos sujeitos que tomam para si a incumbência de levar a cabo um projeto “civilizador”.

O terceiro capítulo trata das articulações envoltas da Faculdade de Filosofia do Crato. A intenção é mostrar como a criação de uma instituição de ensino ganha proporções na imagem da cidade. Onde se cria o espetáculo do ineditismo, numa gleba de senhores das letras e da senhora da verdade, protagonizada Igreja Católica e os intelectuais locais.

CAPÍTULO I - SOCIEDADE, MODERNIDADE E IGREJA CATÓLICA

1.1 Igreja Católica e educação brasileira

Ao debruçar-se sobre a educação brasileira, torna-se difícil fazer uma análise histórica sem atentar para a influência da Igreja Católica e suas instituições de ensino. A educação, por sua vez, constitui-se como importante ferramenta de construção e manutenção de sentidos sociais. Como se sabe, o processo educacional brasileiro surge, pela intervenção da Igreja, ainda dentro do projeto colonizador português. Alicerçado pela união entre o Estado e a Igreja Católica, em que a educação se moldava aos interesses da Coroa e legitimados pela tradição.

Na construção do sistema escolar, além da educação catequética para os índios desenvolvida pela Companhia de Jesus, desenvolveu-se um ensino regular, inclusive, fundando várias instituições de ensino, que tinham como objetivo formar novos clérigos e suprir as necessidades imediatas da elite local, como descreve Romanelli (1978, p.35):

A obra de catequese, que, em princípio, constituía o objeto principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite. E foi com esta característica que ela se firmou durante o período em que estiveram presentes no Brasil [...] Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural.

O sentido da educação permaneceu por séculos, fincado na construção de homens e, por sua vez, de sociedade, balizado pelos valores cristãos. A escola era um importante instrumento da Igreja Católica e também do Estado, numa relação de mútua influência. Essa relação direta entre Estado e Igreja se estenderia até final do século XIX, quando houve o rompimento político em consequência da Independência do Brasil.

Com as influências do pensamento iluminista², surge a ideia de Ensino Público, embora na prática prevalecesse a educação jesuítica. Em 1759, a Coroa portuguesa assumiu a educação portuguesa e a brasileira. Criando as Aulas Régias, que se constituíam por aulas avulsas de filosofia, de grego, de latim, entre outros que davam um caráter mais humanista à educação brasileira.

² Corrente de pensamento europeu que tinha como ideia central a valorização da razão e das experiências humanas. Criticava veemente as instituições tradicionais, entre elas as religiosas.

A preponderância da Igreja Católica, não apenas enquanto instituição religiosa, mas também política e cultural, fragiliza-se, consideravelmente, a partir da Independência do Brasil e início do Primeiro Reinado. A constituição de 1824 trazia, em texto, no artigo 5º, o seguinte: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo”.³ Se, por um lado, a Igreja Católica havia garantido ao catolicismo a primazia de continuar sendo a religião oficial do Brasil, por outro, via-se ser instituída a liberdade religiosa, mesmo que em “culto doméstico” de outras religiões e seitas que se faziam presentes no Brasil.

O rompimento entre Igreja e Estado deu-se, de fato, após a Proclamação da República em 1889, sobre as influências da construção de um Estado liberal, positivista e laico. Esse movimento é marcado pela participação militar e pelo apoio de grupos cafeeiros. A constituição promulgada em 1891 materializou a laicidade do regime republicano e, por sua vez, o sistema educacional brasileiro.

Acabava, assim, o monopólio, pelo menos de forma institucionalizada, da Igreja sobre a educação, pois esta passaria a disputar espaço com outra concepção de ensino que tinha como mote a construção de uma educação nacional de espírito laico. Esse fato fez que a Igreja Católica buscasse formas de adaptar-se ou mesmo de rever a situação.

A Igreja foi criando suas estratégias de atuação dentro da nova organização do Estado brasileiro, como aponta Saviani (2010, p.179):

A mobilização da Igreja expressou-se na forma de resistência ativa articulando dois aspectos: a pressão para o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e a difusão de um ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em revistas e jornais e, em especial, na forma de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores, para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais.

As ações católicas não se limitaram ao campo educacional, já que, na mesma carta magna, a Igreja sentira-se igualmente prejudicada, por exemplo, na laicização dos cemitérios ou ainda na superposição do casamento civil sobre o religioso. Dessa forma, viu-se, nas décadas seguintes, a articulação e o fortalecimento de um movimento político católico. A partir das décadas de 10 e 20 do século XX, identifica-se uma atuação eficiente da Igreja Católica, proporcionada principalmente pela formação de quadros políticos católicos.

³ Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1737>>. Acesso em: 08 de nov. 2010.

Cabe ressaltar que essa disputa não era, naquele momento, vivenciada apenas no Brasil. Esse já era um debate e uma preocupação, identificada anos antes, no próprio discurso romano, em que é visível a preocupação do apostolado com a perda de espaço nas instituições de ensino em geral, bem como as influências mundanas, associadas à modernidade. O papa Leão XII, ainda em 1878, expressa sua preocupação com a educação católica na encíclica *Incrutabili Dei Consili*, ele diz:

[...] a liberdade desenfreada do ensino público e da imprensa, ao mesmo tempo que, de toda forma, se pisoteia e oprime o direito que a Igreja tem de instruir e educar a juventude. E a usurpação do principado civil, que a providência divina concedeu, há tantos séculos, ao pontífice romano, para poder exercer livremente e sem impedimentos do poder conferido por Cristo para a salvação eterna dos povos, não visa à outra coisa.

Essa ameaça do direito naturalizado da “salvação eterna dos povos” o qual temia o papa Leão XIII se confirma também no Brasil. E foi no campo político que a Igreja buscou rever sua posição no Estado brasileiro. Inicialmente, cogitando a possibilidade da criação de um partido político católico, e, posteriormente, surgindo, em 1932, a Liga Eleitoral Católica.

A LEC surgiu com a finalidade de constituir uma bancada suprapartidária de políticos que seguissem os princípios cristãos, esse movimento agregou intelectuais e vários segmentos da classe média brasileira.

O programa defendido pela LEC e que os candidatos eleitos para a assembléia constituinte deveriam defender, era composto, resumidamente, pelos seguintes itens: promulgação da constituição em nome de Deus; defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso; incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios; regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais; liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros; reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar; decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã; defesa dos direitos e deveres da propriedade individual; decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis; combate a toda e qualquer legislação que contrarie expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.(PRIMOLAN, 2009, p.p.3-4).

Sobre a direção do Cardeal Dom Leme, as dioceses brasileiras foram orientadas a instruir os católicos a votarem nos candidatos que defendiam as propostas da LEC. Dessa forma, garantiu-se a eleição de vários deputados da Liga para a Assembléia Nacional

Constituinte. Esses deputados, como se viu acima, tinham a função de defender os interesses cristãos.

Na nova constituição, percebeu-se a eficácia da articulação política católica, pois as instituições religiosas poderiam ser ajudadas financeiramente. O casamento católico passou a ser reconhecido, e a educação religiosa foi reincorporada nas escolas públicas. Como se percebe, a Igreja conseguiu garantir, para além da legitimidade, sua legalidade institucional. Arrisca-se a dizer que a Igreja Católica chegou a restabelecer um contrato social com o Estado, mesmo que informalmente.

A retomada católica no campo político e, por sua vez educacional, prosseguiu mesmo com a instalação da ditadura varguista, a partir de 1937, pois esta encontrara apoio de Francisco Campos⁴ e do próprio governo de Getúlio Vargas. O que se observa é a utilização da educação para a concretização de planos políticos, como demonstra José Horta (1993, p.77):

[...] ao mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário.

O Brasil vivia uma grande efervescência de divergências políticas e culturais, que se via desde os anos vinte influências no modo de pensar e agir. A intensificação da imigração desde fim do século XIX, a semana de Arte Moderna em fevereiro de 1922, a fundação do Partido Comunista em março do mesmo ano, o movimento Tenentista em 1924, associado ao processo de industrialização por qual passava o Brasil, fez emergir uma nova ordem social.

A historiadora Margareth Rago (1985, p.p.11-12) descreve, com presteza, as relações sociais a partir do processo de industrialização brasileira. Uma sociedade que se constituía urbana e desejosa de “civilidade” onde:

[...] a constatação de um presente onde imperam as dissensões sociais, os conflitos políticos, os surtos epidêmicos, a criminalidade ampliada, os hábitos dissolutos, a promiscuidade das habitações sujas e fétidas, a proliferação dos gatunos, vadios e caftens. A ameaça da intranquilidade social, da contaminação física e moral, da

⁴ Francisco Campos foi o primeiro político a assumir o Ministério da Educação e Saúde pública, criado pelo governo provisório em 1930. Campos era membro do movimento da Escola Nova. Já em 1931 foram promulgados vários decretos educacionais que ficariam conhecidos como a Reforma Francisco Campos. Romanelli lembra que essas medidas ajudaram a organizar um sistema nacional de educação. Anteriormente o “que existia eram os sistemas estaduais, sem articulação com o sistema central, alheios, portanto, a uma política nacional de educação” (1978, p.131). Os decretos de Francisco Campos influenciaram diretamente na organização do Ensino Superior e seu caráter educacional será discutido no tópico sobre o ensino superior brasileiro.

destruição da nação, da degeneração da raça: resultados nefastos e sombrios da chegada dos imigrantes.

Era esta a sociedade que estava posta a um governo autoritário e a uma Igreja que se via ameaçada pelas influências do comunismo. O ensino religioso nas instituições públicas torna-se a possibilidade de aproximar os jovens do ideário Cristão de moralidade social. Essa era uma preocupação da Igreja em Geral, como se observa na Encíclica *Divini Illus Magistri*, publicada em 1929 pelo Papa Pio XI, ele diz: “Na verdade, nos nossos tempos, torna-se necessária uma vigilância tanto mais extensa e cuidadosa, quanto mais têm aumentado as ocasiões de naufrágio moral e religioso para a juventude inexperiente”⁵.

Nessa “missão” de guiar seus fieis, a Igreja vê, na educação, o caminho mais eficaz. Contudo se depararia com outros movimentos que também estavam preocupados como os rumos da educação brasileira. Por toda a década de 1930, intelectuais e educadores católicos debateram e disputaram espaço com intelectuais que defendiam outras concepções de educação. O governo, por sua vez, buscou manter uma política conciliatória, porém, por muitas vezes, oscilante. As constituições de 1934 e 1937 são uma representação dessa disputa do campo educacional.

O confronto de ideias sobre a concepção educacional brasileira dera-se, inicialmente, dentro da Associação Brasileira de Educação – ABE. Espaço construído por intelectuais que se preocupavam em debater sobre os rumos da educação brasileira, ainda na década de 1920. A ABE tinha como principal atividade a construção de Conferências Nacionais de Educação, em que logo se criou dois blocos. Além dos educadores católicos, a associação era constituída por outro grupo de educadores e intelectuais que queriam uma efetiva renovação do sistema educacional, defendendo a laicidade da educação e reivindicando a institucionalização e a expansão das escolas públicas.

Identifica-se, nesse momento, a Escola como elemento central de uma disputa ideológica. A importância da educação na construção e na consolidação de uma sociedade é tônica de ambos os discursos. Dessa forma, é conferido à escola o papel central de reestruturação nacional, em outras palavras, é canalizado para o sistema nacional de educação, a solução dos problemas sociais. Com isso, tornaram-na um espaço de poder e, por consequência, de disputa. Como lembra Romanelli (1978, p.143):

As classes médias em ascensão reivindicavam o ensino médio, e as camadas populares, o ensino primário. Daí por que o movimento renovador compreendeu que havia chegado a hora de o Estado assumir o controle da educação e que, portanto,

⁵ Disponível em: < <http://www.fsspx-brasil.com.br/Page%2006-7-Divini-illius-magistri.htm>. >. Acesso em: 08 de nov. 2010.

esta deveria ser gratuita e obrigatória, dadas as necessidades da nova ordem econômica em implantação. Mas a ala católica entendeu que a campanha em favor da escola pública, universal e gratuita redundaria no monopólio estatal da Educação.

A IV edição da Conferência Educacional de Educação, ocorrida em 1931, tinha como tema “As grandes diretrizes da Educação Popular”, fizeram-se presentes, além dos educadores, o presidente Getúlio Vargas e seu ministro de Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, que solicitaram, segundo Romanelli (1978, p.144), a “elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação”, entretanto, a heterogeneidade de ideias e o debate sobre a laicidade do ensino não permitiu que saísse daquele encontro qualquer proposta.

No ano seguinte, os escolanovistas lançaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. A existência do grupo de intelectuais, assim como do próprio manifesto, é justificada pela “inspiração de novos ideais de educação” e, no tocante às críticas feitas ao sistema educacional e influência católica, o texto diz: “[...] Não foram ataques injustos que abalaram o prestígio das instituições antigas; foram essas instituições criações artificiais ou deformadas pelo egoísmo e pela rotina, a que serviram de abrigo, que tornaram inevitáveis os ataques contra elas.”⁶

Em 1933, seria a vez dos educadores católicos reagirem. Após romper com a ABE, fundaram a Confederação Católica Brasileira de Educação, que surgia com objetivo de articular as forças católicas no campo educacional. A confederação tinha como principal ferramenta de articulação a Revista Brasileira de Pedagogia. No ano seguinte da sua fundação, realizou-se o “[...] I Congresso Nacional Católico de Educação. É de destacar que, nesse ano de 1934, a Confederação Católica Brasileira de Educação, que aglutinara as Associações de professores Católicos que vinham sendo fundadas nos vários estados desde 1928” (SAVIANI, 2010, p.256).

Como se vê a Igreja Católica buscou por todo período imperial e republicano, manter sua influência e predominância sobre o sistema educacional brasileiro. Acreditava, ou fazia-se acreditar, que o ensino religioso seria o caminho para o restabelecimento da ordem social brasileira.

Desse processo o que se constata é mudança de posição da Igreja Católica frente à educação brasileira. Arrisca-se a dizer que a Igreja passou de uma condição de inércia, no

⁶ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2010.

sentido de construir táticas de intervenção, para uma posição de estrategista pelo propósito de retomar a posição que por séculos foi sua.

É nesse contexto de retomada de posição que se constitui, de forma imperativa, o interesse da Igreja Católica pelo ensino superior. Entendia-se que, dentro dessa nova conjuntura, fazia-se necessária a formação de intelectuais católicos, a fim de fortalecer a formação cristã no Brasil e, ao mesmo tempo, barrar a influência naturalista e positivista, que, gradativamente, ganhava espaço na sociedade brasileira.

Por uma questão metodológica, as investidas da Igreja Católica no ensino superior e a atuação junto aos professores católicos serão inseridas na discussão sobre a História do Ensino Superior no Brasil.

1.2 A constituição do ensino superior brasileiro

A educação, em seu âmbito formal, é tomada como um produto cultural que reflete aspectos sociais de sua contemporaneidade. Para entender o cenário em que emerge a Faculdade de Filosofia do Crato, faz necessário entender a trajetória histórica no ensino superior no Brasil.

Como se percebeu no tópico anterior, o sistema educacional brasileiro arquitetou-se de acordo com os anseios de determinados grupos sociais, influenciando e dando sentido à educação. Assim sendo, é importante entender as nuances do ensino superior brasileiro numa perspectiva histórica para, com isso, ampliar o campo de visão e possibilidades de interpretação do conjunto de fatores que podem ter influenciado o surgimento da F.F.C.

A institucionalização do ensino superior brasileiro daria seus primeiros passos apenas no século XIX. Falando-se de América, que ainda no século XVI já havia experiências com o ensino superior, a exemplo do México, a criação das primeiras faculdades brasileiras aconteceu tardiamente.

Os movimentos que resultaram na construção do ensino superior no Brasil, pelo menos de início, não tiveram uma participação intensa da elite brasileira já que os filhos da alta Aristocracia deslocavam-se para Europa para cursar o ensino superior. A partir de tal afirmativa, pode-se deduzir que esse grupo político não se empenhou pela criação desse nível de educação nas terras brasileiras.

Apesar da atuação das Companhias Jesuíticas, é a partir da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil em 1807, que começam a ser efetivas algumas investidas no campo cultural e educacional. Construía-se um cenário sociopolítico diferente, o qual perdurou na política brasileira por longo período: um grupo de intelectuais, burocratas e conservadores. Como descreve Ribeiro (1992. p. 40).

A partir dessa nova realidade (o Brasil como sede da Coroa portuguesa) se faz necessário uma série de medidas atinentes ao campo intelectual geral, como: a criação da Imprensa Régia (13-5-1808), Biblioteca Pública (1810- franqueada ao público em 1814), Jardim Botânico no Rio (1810), Museu Nacional (1818). Em 1808 circula o primeiro jornal (A Gazeta do Rio), em 1812, a primeira revista (As Variações ou Ensaio de Literatura), em 1813, a primeira revista carioca – O Patriota.

Na intenção de iniciar o desenvolvimento cultural do Brasil, o período joanino é emblemático na tentativa de tornar o Brasil e, especificamente, o Rio de Janeiro,

verdadeiramente parecido com uma Corte. Acrescentam-se, às ações acima, o destaque na “abertura dos portos” e na contratação da Missão de Artísticas, as quais possibilitaram um maior contato dos intelectuais brasileiros especificamente com a cultura francesa.

É esta a atmosfera em que surgem os primeiros cursos de nível superior no Brasil, entendida aqui como resultado de uma estruturação nacional, devido à presença da coroa portuguesa, que requeria um sistema educacional que proporcionasse a formação de um quadro superior.

Em 1808, é criado o curso de Cirurgia na Bahia, Curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro e Academia da Marinha; 1809 o curso de Medicina no Rio de Janeiro; 1810, A Academia Real Militar e, em 1816, a Academia Real de Belas-Artes. Observa-se que os cursos, assim como suas localizações, foram estrategicamente pensados, pois ocupavam regiões economicamente desenvolvidas, e o caráter dos cursos estavam voltados para as forças armadas e para pequenos grupos sociais. Sobressair o caráter social dos cursos, em que a Medicina e a Engenharia, por conta da segurança nacional, faziam-se necessários, ou melhor, elementares para a Coroa portuguesa.

Como descreve o sociólogo Fernando Azevedo (1971, p.571), “quase toda a obra escolar de D. João VI, impelida pelo cuidado da utilidade prática e imediata, pode-se dizer que foi uma ruptura completa com o programa escolástico e literário do período colonial”. Como posto anteriormente, desde início da colonização portuguesa, a Igreja Católica tinha o domínio do campo educacional. “Com D. João, no entanto, não apenas nascia o ensino superior, mas também se iniciava um processo de autonomia que iria culminar na Independência política” (ROMANELLI, 1978, p.38).

Em 1820, ganha força a Revolução Constitucionalista dos Portos, em Portugal, como consequência da crise econômica e política por qual vinha passando o País. Esse movimento tinha o anseio de acabar com o absolutismo real de Portugal. Tal revolta forçou a volta de Dom João VI e da Família Real em 1821, deixando como representante da Coroa Dom Pedro I, seu filho primogênito. Como aponta a historiografia brasileira, no ano seguinte, pressionado, de um lado pelos portugueses que queriam seu retorno e, por outro, pela elite brasileira para que ficasse. Dom Pedro I proclama a Independência do Brasil em 1822, inaugurando assim o I Reinado.

Em 1824, foi promulgada a primeira constituição brasileira. A Carta Magna foi objeto de disputa com ideias de grupo de conservadores e de intelectuais, a maioria da camada média, influenciados pelos princípios da Revolução Francesa.

A constituição possuía um tópico específico sobre a educação, pois inspirava a construção de um sistema nacional de educação. Determinou-se que o sistema educacional do Império fosse constituído por escolas primárias, ginásios e universidades. Deveria ter “instrução primária gratuita a todos os cidadãos”, tendo como ação a criação de “Colégios e Universidades, onde seriam ensinados os elementos das ciências, belas artes e artes”.

A preocupação em formar pensadores acontece, como apresenta Cunha (2000, p.154), com o surgimento do curso de Direito, quando completaria “[...] a tríade dos cursos profissionais superiores que, por tanto tempo, dominaram o panorama do ensino superior no País: Medicina, Engenharia e Direito”.

A deficiência do sistema escolar brasileiro permanecera durante a Primeira República, não se percebe grandes mudanças em relação ao que estava posto. A criação das faculdades de Direito em 1827, podem ser aqui tomadas como o início da formação de uma elite intelectual brasileira, já que delas saíram magistrados que seriam os pensadores do Estado Moderno.

Se por um lado existia um total abandono da educação elementar, por outro começava a surgir grandes intelectuais que, em um futuro breve, passariam a atuar no cenário político brasileiro, como descreveu o historiador José Murilo de Carvalho (1996, p. 55), uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”.

Esse panorama demonstra o papel que o ensino superior passou a ter naquele “novo” contexto, marcado por interesses estatais e, por sua vez, elitista como aponta Romanelli:

Escola, representada sobretudo pelas novas Faculdades de Direito, criadas nas décadas de 1820 - uma em S. Paulo e outra em Recife, ambas em 1827 – passou a desenhar o papel de fornecedora do pessoal qualificado para essas funções. Apesar da existência de cursos de Medicina, Engenharia e Artes, que as antecederam, as Faculdades de Direito lograram uma supremacia na formação dos quadros superiores do Império (ROMANELLI, 1979. p.39).

É necessário pontuar que foram os bacharéis, dentro da elite intelectual, que ganhariam destaque dentro do quadro burocrático brasileiro, que se encontrava em franco crescimento. Assim, os magistrados atuaram no judiciário e no mundo político, cultural e educacional da sociedade brasileira. Em outras palavras, a criação do curso de Direito, no Brasil, teve como consequência não só a construção de um quadro de bacharéis, mas também de intelectuais que supriram a carência de profissionais nas várias dimensões sociais. No campo educacional, “as Faculdades de Direito lograram uma supremacia na formação dos quadros superiores do Império” (ROMANELLI, 1978, p.39).

O Império, assim fazendo, tornou o ensino brasileiro obsoleto do ponto de vista do acesso ao ensino, contudo, tentando entender a educação dentro do seu momento histórico, entende-se que democratização do ensino não deveria ser preocupação de um governo absolutista. Precisava-se de mão de obra qualificada para gerir o Estado que ali nascia, e, para essa função, a elite brasileira já havia se posto.

Sobre essa relação entre saber, ciência e poder, Rui Martinho Rodrigues aponta o como a esfera política se apropria da construção do saber como uma ferramenta legitimadora de suas ações e, assim sendo, a “distinção entre os que vivem da política e os que vivem do saber nem sempre é possível”, pois tais esferas, por muitas vezes, aproximam-se e confundem-se. Dito isso, faz-se pensar as primeiras faculdades brasileiras como instrumento para concretização de um projeto político no qual o conhecimento, o saber “desponta assim como fator de legitimação, não só quando se trata dos que vivem do saber. Os que vivem da política também recorrem ao saber para legitimar-se” (? , p.p. 53-57). Cabe dizer que a criação das faculdades de Direito no Brasil, pode ser considerada, também, o início da formação de pensadores brasileiros e não se pode enquadrá-lo apenas como intelectuais ou políticos.

Retomando a discussão do sistema educacional, observou-se que a Educação Elementar, as Primeiras Letras e o Ensino Secundário foram, de fato, secundarizados. Ora, em uma nação onde a maioria da população estava fora do processo educacional, a garantia constitucional não fora o bastante. Para ter-se uma ideia da disparidade educacional brasileira, as Faculdades do Império não tinham limite de vagas, entretanto não se percebe uma superlotação nessas instituições.

A implementação do sistema educacional brasileiro, como se viu, acontece de cima para baixo: o ensino superior passou a ser uma tônica em detrimento à educação elementar.

Em 1838, é criado o Colégio Pedro II, este deveria ser um modelo de ensino secundário, mas, na prática, serviu como uma espécie de preparatório para o ensino superior. Influenciado pelo ideário positivista, incorporou disciplinas “mais científicas”, contrário, assim, à proposta humanista desenvolvida pelos jesuítas até então.

O requisito para ingressar nos cursos de ensino superior no Brasil eram os exames parcelados, nos quais os candidatos deveriam fazê-los separadamente por áreas até que conseguissem ser admitidos em todos os exames. Na prática, o colégio Pedro II teve muito mais a função de preparar os candidatos do que construir um modelo de ensino secundário.

Com apresentado no tópico anterior, o sistema educacional brasileiro chega ao século XX aquém do previsto na Constituição, entretanto é na primeira metade desse século que o ensino superior tornar-se-ia objeto de desejo e de disputa de grupos ligados à Igreja Católica;

que defendiam a laicidade da educação e do Estado. Nesse novo panorama, a educação ganhou destaque não apenas nas discussões, mas também nas ações.

A criação da Associação Brasileira de Educação - ABE na década de 20 e, por conseguinte, o movimento escolanovista materializado pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional”, são marcas de uma ruptura que vai para além da reestruturação da educação, incutia uma disputa ideológica entre a educação laica e a confessional.

A Igreja estava tentando retomar sua posição no campo educacional, enfraquecida desde o início da República a qual foi tomada pelas ideias comteanas e pelo positivismo. Durante o Período Colonial e Primeiro Reinado, a Igreja Católica praticamente dominou o ensino no Brasil, tendo como principal alvo a elite local, atendida em instituições para meninos ou para meninas, ou ainda em seus seminários. Por outro lado, o ensino público vivenciou uma completa precariedade. Após a promulgação da primeira Constituição Republicana, a Igreja Católica que perdera espaço, sobretudo político, intensificou sua atuação no campo educacional como um espaço ideológico.

Na década de 1920, o Brasil vivenciou uma crise política. Iniciada com a recessão econômica gerada principalmente pela baixa do preço do café, principal fonte econômica. Tal recessão foi acentuada pelo fim da I Guerra Mundial em 1918 e pela quebra da bolsa de valores em 1929 que golpeou a economia mundial. Os setores de exportação e comércio do Brasil sofreram uma crise que atingira a elite e desencadearia ruptura política, abalando a ordem vigente.

Em decorrência desse conjunto de fatos, o Brasil viu desencadear um movimento de instabilidade política. Como resultado, viu-se o deslocamento do poder político brasileiro da tradição oligárquica paulista, iniciando, assim, o governo provisório que se estendera até 1934, tendo à frente o gaúcho Getúlio Vargas na condição de chefe do Governo Provisório, contudo ficaria no poder governamental até 1945.

No campo da educação, esse período foi marcado por várias modificações, em especial, no tocante à educação secundária e ao ensino superior. Ideologicamente o Governo defendeu o ensino religioso nas escolas públicas e privadas, identificado muito mais por arranjos políticos do que por concepção educacional.

Entre os vários ministérios criados por Vargas, estavam o Ministério da Educação e o da Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930. Nomeando como ministro Francisco Campos⁷

⁷ A indicação de Francisco Campos o ministério da Educação e Saúde Pública teve o apoio da Igreja Católica, a partir de uma liderança prestigiosa do catolicismo representada pelo intelectual Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde. Procurando o apoio da Igreja, Vargas concordou com o fim do ensino laico, favorecendo a

que através de vários decretos constituiu uma reforma educacional que leva o seu nome. Interessando para esse estudo, o Decreto nº 19.850, o Decreto nº 19.851 e o Decreto nº 19.852 que dispõe diretamente sobre a regularização do ensino superior no Brasil. Iniciam nesse momento, mudanças estruturais no campo educacional centralizado.

O Conselho Nacional de Educação, criado pelo Decreto nº 19.850 tinha como finalidade assistir o Ministério no gerenciamento da educação nacional. Ao abordar sobre a representação do Conselho, Romanelli (1979, p.140) chama a atenção para um aspecto interessante: a “ausência total de representação do magistério ou de pessoal ligado ao ensino primário e profissional; a segunda é uma supervalorização do ensino superior”.

A reforma do ensino superior foi cometida através dos Decretos nº 19.851 e nº 19.852 de 11 de Abril de 1931 em que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil, promulgando o estatuto das universidades brasileiras e sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, respectivamente.

Assim a reforma Francisco Campos adota como organização do ensino superior o sistema universitário. A universidade deveria ser administrada por um Reitor e por um Conselho Universitário, o qual deveria ser consultivo e deliberativo. A escolha do Reitor aconteceria através de uma lista tríplice organizada pelo Conselho Universitário e enviada ao governo do respectivo Estado, ao qual caberia a escolha e a nomeação. O reitor teria mandato de três anos.

As questões referentes à educação brasileira se encontravam em ampla disputa ideológica na primeira metade do século XX, na qual se percebem discursos e disputas de poder entre defensores do ensino privado, defendidos principalmente pela Igreja Católica e pelo ensino público representado por intelectuais do Manifesto dos Pioneiros, em especial, por Anísio Teixeira. Acalorado pela constituição de 1946 e a proposta de construção da Lei de Diretrizes e Base – LDB.

Com o fim do Estado Novo (1937-1945), inicia-se o processo de redemocratização brasileira, com as eleições presidenciais que tiveram como vencedor o general Gaspar Dutra, o qual contava com o apoio majoritário da União Democrática Nacional (UDN) e com o de Getúlio Vargas.

Ao assumir o governo em 1946, Dutra convocou uma Assembleia Constituinte que reuniu representantes de diversos partidos políticos brasileiros. Essa articulação tinha como pano de fundo o declínio dos regimes totalitaristas europeus, talvez na tentativa de estampar

volta do ensino religioso católico. Talvez por esse mesmo motivo, a reforma perpassou basicamente a educação secundária e superior, em que a Igreja mantinha uma hegemonia.

um caráter liberal e democrático a Carta constituinte, participaram várias legendas partidárias e correntes ideológicas, dando fim assim a repressão presente no Estado novo.

A carta garantiu a autonomia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário além de estabelecer obrigatória eleição direta para os cargos executivos e legislativos federais, estaduais e municipais, porém ficando de fora do direito de voto os analfabetos e os militares não graduados, conhecidos por praças. No final dos anos 1950, teve destaque o episódio que ficou conhecido nos meios de comunicação como o “caso Anísio Teixeira” e que polemizou a questão do público e do privado em educação, em meio à discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O panorama acima exposto traz aspectos presentes na esfera nacional, que se manifestam das formas mais variadas no âmago da sociedade. A Igreja Católica é recebida pelo século XX, com uma perda de espaço que a fez criar formas de atuação para essa nova realidade. A Ação Católica, como será visto mais à frente, foi uma política da Igreja que tinha como alvo aproximar os fiéis e os leigos, das atuações católicas.

No campo educacional, o movimento escolanovista ganhava repercussão a partir da publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em reação, os educadores católicos que constituíam a Associação Brasileira de Educação romperam e fundaram a Confederação Católica Brasileira de Educação em 1933.

Seguramente, o campo educacional foi uma das principais frentes de atuação da Igreja. Ainda em 1934 dava-se início ao Primeiro Congresso Católico de Educação. O qual aprovou 13 itens, específicos sobre o ensino superior católico. Como aponta Casali (1995, p.15), tinha-se a preocupação de formar intelectuais católicos que pudessem intervir na construção cultural do Brasil, o primeiro ponto de aprovação do congresso indicava essa diretriz: “I. Deve ser quanto antes criada a Universidade Católica Brasileira com âmbito nacional e para a qual concorram todos os católicos do Brasil ”.

Na verdade já havia uma articulação para criação destas faculdades, desde 1932, pelo Instituto Católico de Estudos Superiores, liderada pelo intelectual Amoroso Lima. A partir da década de 40 do século XX, as faculdades e universidades católicas se multiplicariam por todo o Brasil.

No Ceará, o ensino superior iniciou com a Faculdade de Direito, criada em 1903, seguida pelos cursos de Farmácia, odontologia e a Escola de Agronomia. A Faculdade Católica de Filosofia, entre outras, seria criada na década de 1940 como aponta Vieira (2002, p.243), “[...] a Faculdade de Ciências Econômicas (1936); a Escola de enfermagem (1943); a

Faculdade Católica de Filosofia (1947); a Faculdade de Medicina (1948); e, a Escola de Serviço Social (1950)”.

A primeira universidade do Ceará constituir-se-ia, tendo a frente à figura representativa do professor da Faculdade de Direito, Antonio Martins Filho, o qual terá papel fundamental na criação da Faculdade de Filosofia do Crato.

No segundo tomo do livro *Memória Maioridade*, Martins Filho (1994) expõe em seu memorial a atmosfera em que a Universidade do Ceará surgira. Sancionada em dezembro de 1954, a universidade era composta pelas faculdades de Direito, Medicina, Farmácia e odontologia e pela Escola de Agronomia. A estruturação da Universidade do Ceará teria naquele contexto, papel fundamental na interiorização do ensino superior no Ceará.

1.3 A Diocese do Crato e sua intervenção na cidade

No dia 20 de outubro de 1914, foi criada a Diocese do Crato pela Bula *Catholicae Ecclesiae* do Papa Bento XV, constituída por 21 paróquias, não limitadas apenas à região do Cariri, antes pertencentes à Diocese do Ceará. A escolha pela cidade do Crato para sede da nova diocese, não aconteceu de forma aleatória, envolve aspectos ligados à inserção sociopolítica da Igreja Católica na região. Na descrição do Monsenhor Montenegro, sobre a fundação da Diocese do Crato, saltam-se alguns elementos.

Coube ao CRATO o privilégio de merecer a implantação da sede da nova Diocese por ser Crato a cidade mais desenvolvida da região, contando com uma liderança intelectual e espiritual impressionante, graças ao funcionamento do Seminário São José do Crato, Casa de Educação de venerandas e ilustres tradições, confiada, desde a sua fundação, no ano de 1875, à sábia e experimentada direção de virtuosos sacerdotes, que dirigiam com zelo e dedicação o conceituado Instituto, cuidando da formação moral e intelectual dos seus educandos, firmando a vocação de muitos seminaristas. E era precisamente a fundação de um Seminário uma das condições requeridas para a criação de uma Diocese (1999, p. 68).

Identifica-se, na expositiva, o lugar de prestígio ocupado pela cidade do Crato no período de fundação da Diocese, em 1914, mas sobressai a relevância concedida à existência do Seminário São José, fazendo, assim, alusão ao caráter educacional da cidade, proporcionado pela atuação da Igreja Católica. Essa vinculação à tradição educacional manifesta-se quando Monsenhor Montenegro (1999, p. 69) assegura que “[...] a Princesa do Cariri, se faz em Luz, na terra da Luz, buscando a sua grandeza na educação da sua gente. Traçou o seu itinerário de glórias na preocupação do cultivo das letras”. Portanto, a Educação é colocada como um artifício singular, assegurada principalmente pelo desempenho da Igreja Católica.

A inserção da Igreja Católica na região do Cariri ganha, a partir da edificação da Diocese do Crato, categorias eclesiais, inclusive, estruturais, possibilitando um maior dinamismo no trabalho pastoral, político e social não só na cidade do Crato, mas em toda a região. Ainda na descrição do Monsenhor Montenegro, é feita uma associação ao Seminário São José para a escolha da cidade do Crato enquanto sede da Diocese. Já este era um requisito para a criação de uma Diocese.

Contudo, faz-se necessário destacar alguns aspectos importantes do contexto histórico da época. A criação da Diocese do Crato está associada ao momento histórico por

qual passava a Igreja Católica, pois tinha ainda como finalidade garantir a subordinação de todos, aos mandamentos sobre as normas da Igreja Católica romanizada⁸.

O processo de romanização iniciou-se ainda no início do século XIX, centralizando o discurso e as práticas da Igreja Católica. No Ceará, esse processo procurou coordenar não as ações dos fieis, mas também do seu próprio clero, buscando eliminar práticas até então não consideradas cristãs e posições que fugiam das diretrizes da Igreja, tentando, assim, manter e estabelecer posturas centralizadas das adotadas pela Igreja romanizada (Josaphat, 2004). São frutos desse evento a criação da Diocese de Fortaleza (1854), o Seminário da Prainha (1864). Assim como o próprio Seminário São José (1875), demonstrando a preocupação com a formação eclesiástica. Obedecendo às diretrizes hierárquicas do Romano Pontífice, enquanto autoridade máxima.

A criação da Diocese do Crato pode ser agregada a esse movimento de centralização, já que esta surge posterior a 1889 quando foi divulgado supostos milagres do Padre Cícero Romão Batista no Juazeiro, Ceará, até então vila do Crato. Tais rumores espalhavam-se pelo Nordeste atraindo diariamente pessoas que vinham ao encontro do padre. Esse fenômeno ocasionou a elevação do Juazeiro à vila e o tornou um celeiro econômico e religioso.

O padre Cícero Romão Batista tivera sua formação no Seminário da Prainha no qual recebeu as ordens em 1870, voltando para a cidade do Crato, sua cidade natal. Já em 1872, o padre foi residir no povoado do Juazeiro onde passou a desenvolver um trabalho clerical. Para ajudar no trabalho pastoral, ele contava com a ajuda de beatos e beatas.

Pode-se intuir que, apesar da rigorosidade das diretrizes católicas, existia um hiato entre a prática clerical e as diretrizes ultramontanas, especialmente quando se fala do Nordeste e de seus problemas relacionados à taxa de analfabetismo, má distribuição de renda, secas cíclicas entre tantos outros aspectos que contribuía para o isolamento de comunidades e más condições de vida. Esse é o contexto em que o Padre Cícero, assim como Juazeiro, passam a ser considerados como instrumento de Deus, da mesma forma que aponta Ramos (2004, p. 348):

[...] Seduzidos pelo desejo de entrar em contato com o tão extraordinário acontecimento vários devotos fizeram de Juazeiro um grande centro de romarias. Maria de Araújo, Padre Cícero e os peregrinos acreditavam ser Juazeiro um espaço de comunicação entre a Terra e o Céu. A transformação da hóstia em sangue anunciava que o remoto povoado era um território de purificação e salvação da alma.

⁸ (PINHEIRO, 1989, p. 193-204).

Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo, fora a beata que recebeu a hóstia da mão do padre Cícero e viu esta transformar-se em sangue⁹. Percebe-se que ela, o padre e os milhares de peregrinos acreditavam que aqueles fenômenos, associados ao espaço, davam ao Juazeiro a primazia de um lugar sagrado e, assim, desejado pelos sertanejos.

Essas ações não refletiram apenas nas vidas desses sertanejos que passaram a compartilhar da ideia do sagrado, despertou também relações de poder entre o Padre Cícero, o Juazeiro, a Igreja Católica e a cidade do Crato.

A elevação de Juazeiro a categoria de Vila em 1911 e a sua rápida ascensão econômica, chegando rapidamente a ultrapassar a economia do Crato¹⁰, até então maior e mais importante da região do Cariri, ocasionou uma reação por parte da elite cratense. Esse aspecto será abordado no próximo tópico, detendo-se, nesse momento, à reação da Igreja Católica frente ao Padre Cícero e aos fenômenos que lhes eram associados.

Dom Joaquim Vieira, bispo do Ceará, ainda em 1889, passa a acompanhar os acontecimentos, cobrando explicações ao padre Cícero o qual envia ao bispo um relatório sobre o fenômeno. Como resposta, Dom Joaquim ordena que a beata Maria do Araújo seja encaminhada para a Casa de Caridade do Crato e, como fora descumprida tal ordem, o bispo “[...] adverte que o milagre passa a ser um assunto falso e proibido. Com isso, inicia-se uma longa trajetória de atritos entre as autoridades da Igreja Católica e o capelão do Juazeiro” (RAMOS, 2004, p.349).

Comissões de inquérito foram montadas dando respaldo aos argumentos do Dom Joaquim sobre ilegitimidade dos milagres que, enviados à Congregação do Santo Ofício, em Roma, também negou o milagre. O padre Cícero teve então seus direitos clericais talhados.

Para esse estudo, interessa apreender o espírito ultramontano presente nesse episódio, o qual se intui que fora determinante para a criação, assim como para a forma de atuação da Diocese do Crato. Já que “[...] O autoritarismo do Bispo do Ceará guarda íntima ligação com as políticas implementadas pelos altos funcionários de Roma” (RAMOS, 2004, p.350).

Dessa forma, proibindo o padre Cícero das suas funções eclesiais, o Bispo do Ceará buscava resguardar a Igreja Católica da interferência popular. Estabelecia-se, assim, um duelo em que se encontrava, de um lado, a Igreja Católica Romanizada, representada pela

⁹ Apesar de não ser o foco dessa pesquisa, cabe pontuar que o papel desta beata no suposto milagre fora secundarizado por anos pela história assim como pela historiografia.

¹⁰ “[...] em 1872, quando o Padre Cícero lá chegou como capelão, aquele povoado contava com aproximadamente duas mil almas. Em 1909, já contava 15.050 habitantes e, em 1940, 38.145, quase se equiparando ao Crato, que, naquele ano, contava 40.282 habitantes” (CORTEZ, 2000, p.67).

Diocese do Ceará, e, do outro, um catolicismo permeado pelo sincretismo popular representado pelo Padre Cícero e espaços do Juazeiro.

Essa disputa marcou, de forma imperativa, a memória e a história das cidades de Crato e de Juazeiro do Norte, elementos determinantes na construção de identidades. Cortez (2000, p.63), ao abordar diferenças socioculturais entre essas duas cidades, aponta que:

[...] a partir do fenômeno religioso e social que eclodiu em Juazeiro, em torno do Padre Cícero, no final do século XIX, estendendo-se pelo quartel do século XX. Podemos afirmar que somente a partir daquele fenômeno houve um forte investimento estrategicamente orientado no plano discursivo e no plano das ações, no sentido de marcar uma distinção social e uma superioridade do Crato.

Tais interferências são perceptíveis em várias produções que evidenciam igualmente o empenho do clero cratense para desarticular as manifestações que ocorriam no Juazeiro. Manifesta-se, por exemplo, na fala do padre Montenegro (1999, p. 69) ao afirmar que a “[...] Paróquia de Nossa Senhora da Penha, na cidade do Crato, era a mais importante da populosa região do Cariri. E, naquela época, a mais difícil de ser dirigida, diante da controvertida questão religiosa de Juazeiro”.

A concretização da instalação da Diocese na cidade do Crato produziu um sentimento de vitória, como se vê na obra “Histórico da Diocese do Crato”, em comemoração ao jubileu de diamante, em que Monsenhor Raimundo Augusto (1988, p. 5), afiança que “Estava vencida a batalha e canonicamente erecta a Diocese do Crato”. A “batalha” é uma alusão à disputa travada entre clérigos da cidade do Crato e o Padre Cícero, ambicionados pela criação de uma Diocese do Cariri, com sede em Juazeiro do Norte.

Apesar de o Padre Cícero ter levantado o patrimônio exigido para a fundação de uma Diocese, coube ao Crato sediar a nova Diocese, apesar de não possuir os recursos necessários, como fica evidente no Suplemento Especial do Jornal A Ação (1967, p.2) de 29 de novembro. “A Diocese foi criada em 1914, sem patrimônio, aliás, contra as determinações do Direito Canônico, ou antes, foi criada com um patrimônio feito só no papel. Levantou-se a subscrição, é verdade, porém as quotas não foram pagas”.

Perceptível é, em contato com fontes relacionadas à fundação da Diocese, a importância empreendida pela criação da Diocese do Crato, em detrimento à Diocese do Cariri como propunha o Padre Cícero. Chegando mesmo a construir um patrimônio fantasia, como se vê no trecho acima exposto. No livro Os Quatro Luzeiros da Diocese, o Padre F. Montenegro sinaliza essa articulação por parte do clero e membros da elite cratense anos antes da fundação da Diocese.

No dia 8 de dezembro de 1908, a convite do zeloso Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Penha, da cidade do Crato, PADRE QUINTINO RODRIGUES DE OLIVEIRA E SILVA, reuniram-se, no Crato, pessoas de mais destaque social da localidade, com a finalidade de dar início aos trabalhos preparatórios que levariam a efeito a criação de uma DIOCESE com sede na cidade do Crato.

Para realizar este nobre empreendimento, foi escolhido pelos presentes uma Comissão assim constituída:

Presidente: Padre Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva – Vigário

1º Vice-Presidente: Coronel Antônio Luís Alves Pequeno

2º Vice-Presidente: Coronel Teodorico Teles de Quintal

1º Secretário: Dr. Hermínio de Lima Botelho

2º Secretário: Dr. João Augusto Bezerra

Tesoureiro: Coronel Antônio Fernandes Lopes

Procurador Geral: Coronel José Francisco Alves Teixeira

Falaram vários oradores e lavrou-se uma Ata em que se registraram todas as resoluções da Reunião.

Foi feita a Postulação, enviada ao Exmo. Sr. Bispo de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, que encaminhou à SANTA SÉ APOSTÓLICA.

O apoio dado pelo Sr. Bispo de Fortaleza contribuiu decisivamente para o bom andamento do Processo de Ereção Canônica da Segunda Circunscrição Eclesiástica do Ceará (MONTENEGRO, 1999, p.67-68).

A narrativa do Padre Montenegro elucidada alguns elementos pró-Diocese. Primeiramente o papel atrelado ao então vigário Quintino Rodrigues, enquanto articulador que, por sua vez, contara com o apoio e a participação de sujeitos dotados de poder político e econômico. A passagem acima destacada evidencia, ainda, a intervenção direta do Bispo de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes.

Um elemento importante para a escolha da cidade do Crato, enquanto sede da Diocese, foi à existência do Seminário São José, fundado em 1875, que passaria a ser símbolo de formação intelectual e espiritual, não só para a cidade do Crato, mas também para toda a região do Cariri e Estados circunvizinhos. O Seminário São José será especialmente abordado em outro tópico.

A criação da Diocese do Crato pode ser vista como uma vitória do clero cearense frente ao Padre Cícero e, como destaca Cortez (2000, p. 139), uma instituição “valorizada enquanto marco de uma tradição de superioridade do Crato”. A partir de sua existência, foram criadas e organizadas várias instituições que possibilitaram uma superestrutura que garantiu a Igreja manter, durante décadas, a preponderância em vários setores, entre eles a educação.

O vigário Quintino Rodrigues foi eleito o primeiro bispo em 1915 o qual teve que levar a cabo a função de organizar a Cúria Diocesana, além de questões externas como sinaliza Monsenhor Augusto (1988, p.8) ao descrever que além das questões internas da Igreja, “a região via-se a braços com as consequências dolorosas de uma das piores secas que assolaram o Nordeste brasileiro.”

O vigário refere-se à seca de 1915, uma das secas mais conhecidas da história brasileira, a qual tivera grande impacto no Ceará. Conhecida pela obra literária *O Quinze*, da escritora Raquel de Queiroz, a qual demonstra a migração para grandes centros urbanos, causando um impacto social. Em Fortaleza, por exemplo, a chegada de retirantes influenciava de tal forma o cotidiano da cidade que naquele ano “[...] o presidente Benjamim Barroso cria uma instituição que irá novamente modificar as relações entre a população urbana e os retirantes das secas: o Campo de Concentração do Alagadiço” (NEVES, 2004, p.87).

Assim, Dom Quintino inicia seu bispado tendo como cenário a pauperização dos seus fiéis ocasionada pela seca, os conflitos internos por conta do Padre Cícero e a extenuação das manifestações católicas presentes no Juazeiro do Norte. O bispo teve como uma das primeiras ações a criação de cinco paróquias, distribuídas pela extensão da Diocese, inclusive uma delas no Juazeiro, desmembrada da Sé Catedral do Crato.

Contudo, o destaque dar-se à educação. Ainda em 1916, reabriu o colégio São José com o nome de Colégio Diocesano e, em 1922, o Seminário Episcopal do Crato. Assim, no edifício do Seminário São José, fez-se funcionar os cursos de Teologia, Filosofia além dos cursos primários e secundários.

Certamente o seu maior empreendimento deu-se no trabalho com as mulheres. Cortez (2000, p.140) mostra que, mesmo antes de tornar-se bispo, Quintino Rodrigues

[...] fundou a “Cruzada Carmelitana” (1914), que associava uma tônica espiritualizante - seguindo portanto as orientações do catolicismo ultramontano - com uma preocupação em relação à instrução das mulheres. Aquela cruzada teria grande longevidade enquanto apostolado leigo e enquanto espaço de sociabilidade de mulheres que pugnavam por orientar suas condutas como mulheres “instruídas na palavra de Deus e da Igreja e irrepreensíveis na conduta social”.

Com o intento de garantir instruções básicas e formação espiritual para as mulheres, são criados, em 1923, a Congregação das filhas de Santa Teresa e o Colégio Santa Tereza de Jesus. Essas instituições formaram moças não só do Ceará, mas também de várias localidades.

Sobre os auspícios de Dom Quintino, foi criado ainda um jornal diocesano semanário em 1918, nomeado *A Região* que se dedicava às discussões da religião católica. Sendo constituído ainda *O Boletim Eclesiástico*, esse segundo voltado ao clero da Diocese do Crato o qual “[...] Circulava mensalmente informando as ocorrências da vida pastoral e levava aos Vigários as Normas e novas decisões emanadas da Santa Sé”. (MONTENEGRO, 1999, p.88). Organizou ainda uma cooperativa de crédito, em 1921 chamada de Banco do Cariri.

Dom Quintino Rodrigues morreu em dezembro de 1929, ficando a Diocese sob os cuidados do Monsenhor Vicente Sóter de Alencar que a dirigiu até agosto de 1931, quando foi escolhido o Monsenhor Francisco de Assis Pires, o segundo bispo da Diocese do Crato, o qual exercia até então a função de Vigário Geral na Bahia.

O segundo bispo da Diocese do Crato, Dom Francisco de Assis Pires, deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo seu antecessor, entretanto seu bispado é caracterizado por um maior dinamismo das ações diocesanas. A esse dinamismo pode ser atrelada a Ação Católica.

Em 1929, o Papa Pio XI lança a Encíclica *Divini Illius Magistri*. Essa carta circular sobre a educação cristã, expressa a preocupação da Igreja Católica frente ao mundo contemporâneo e suas mudanças sociais, onde a Igreja teria um papel, inerente, de se colocar frente a essa sociedade, resgatando valores considerados essenciais, como virtude, fraternidade e subserviência cristã, em detrimento a valores humanistas, o racionalismo, antropocentrismo e o hedonismo. Percebe-se, nessa postura, uma preocupação com a perda de poder frente ao Estado, materializada quando Pio XI cita seu predecessor Leão XIII, que diz:

Deus dividiu entre dois poderes o governo do gênero humano, o eclesiástico e o civil, um para prover às coisas divinas e outro às humanas: ambos supremos, cada um na sua esfera; ambos têm confins determinados, que lha limitam, e marcados pela própria natureza e fim próximo de cada um; de modo que chega a descrever-se como que uma esfera dentro da qual se exerce, com exclusivo direito, a ação de cada um. Mas como a estes dois poderes estão sujeitos os mesmos súditos, podendo dar-se que a mesma matéria, embora sob aspectos diversos, pertença à competência e juízo de cada um deles, Deus providentíssimo, de quem ambos dimanam, deve ter marcado a cada um os seus caminhos. Os poderes que existem são regulados por Deus. (Disponível em: <<http://www.fsspx-brasil.com.br/Page%2006-7-Divini-illius-magistri.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2010).

No Brasil, onde a maioria da população era católica, a A.C. buscou atuar de forma imperativa no campo da Educação. A Ação Católica Brasileira –A.C.B. ganha espaço na esfera social enquanto projeto de evangelização, movimento fundado pelo cardeal Leme em 1935. A A.C.B. tinha o objetivo de formar leigos a fim de torná-los colaboradores.

Intui-se que a A.C. buscou, nesse momento, recuperar seu lugar de prestígio na sociedade brasileira, especificamente no campo educacional e cultural, perdidos desde a promulgação da Constituição de 1891, “[...] Caracterizada pela separação entre Estado e Igreja, a nova Carta traz como grande inovação a laicidade do ensino, ao dispor que seria

‘leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos’ (art. 72, § 6º)” (VIEIRA, 2007, p.296) disponível¹¹

Em linhas gerais, o segundo Bispo da Diocese do Crato dera continuidade ao trabalho desenvolvido por seu precursor, Dom Quintino, contudo o destaque se dá na implementação da A.C. em 1939. Voltando o trabalho diocesano para o catolicismo laico, expandindo-se para além da hierarquia eclesiástica.

A imprensa católica, assim como a não católica, passa a ser uma tônica para a difusão dos ideais da Ação Católica, chegando mesmo a ser considerada uma das mais importantes frentes de atuação, ao qual o bispado do Crato não ficou alheio, como destaca o Padre Montenegro (1999, p. 115):

Um dos principais cuidados de Dom Francisco foi o ressurgimento de um jornal, órgão da Diocese, preenchendo a ausência do jornal diocesano “a Região”, que havia desaparecido. Seria um hebdomadário para informar a palavra de ordem da Igreja e também um veículo de difusão dos trabalhos da Ação Católica. Reequipou a tipografia adquirida por Dom Quintino e fundou um novo jornal “A Ação” que, durante todo o seu episcopado, serviu com muito proveito aos interesses da Diocese, atendendo à finalidade prevista pelo seu fundador. – “A AÇÃO – UM JORNAL DO CRATO PARA O CARIRI”.

Pode-se dizer que o Jornal A Ação foi o semanário de maior circulação e longevidade do Cariri no século XX, sendo porta-voz da Diocese do Crato até o ano de 1985.

Visando ampliar a presença da Diocese na sociedade caririense, Dom Francisco constitui vários grupos de “Ação Católica em todos os setores sociais e para todas as idades: a Ação Católica para os Homens, para as mulheres, para a juventude e para os Benjamins” (MONTENEGRO, 1999, p. 117). Ao abordar sobre a A.C. na Diocese do Crato, o Padre Montenegro traz a transcrição de uma matéria do Jornal A Cruz, pertencente à Arquidiocese do Rio de Janeiro, datada de 16 de janeiro de 1944, a qual expõe:

Fundada sob os auspícios do Exmo. Sr. D. Francisco de Assis Pires, em 19 de março de 1939, depois de uma preparação bem cuidada, por zelosos sacerdotes da Diocese, A Ação Católica marcha ali, naquela porção privilegiada da Igreja de Deus, com excelentes e salutareos resultados. [...] É assim que, dividida, naquela Diocese, em apenas quatro organizações – Homens da A Católica, Liga Feminina Católica, Juventude Feminina Católica e Aspirantado (MONTENEGRO, 1999, p.118).

¹¹Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1760/constituicao_1891_texto.pdf?sequence=5>.

Acesso em: 08 nov. 2010.

O bispado de Dom Francisco de Assis se volta também para ações de assistência social, representada principalmente pela construção do Hospital São Francisco de Assis, a qual teve a ajuda do médico e Deputado Federal, Joaquim Fernandes Teles.

Com a saúde debilitada, Dom Francisco de Assis Pires recebe, em 1955, a ajuda do clérigo Vicente de Paulo Araújo Matos na condição de bispo auxiliar da Diocese do Crato. A parceria estendeu-se até 1959 quando Dom Francisco renunciou o episcopal, porém continuou residindo no palácio episcopal onde viria a falecer no ano seguinte.

Em 1961, Dom Vicente de Paula Araújo Matos toma posse da Diocese do Crato, entretanto, desde 1955, ainda na condição de Bispo auxiliar, Dom Vicente já sinalizava mudanças estruturais, reflexo do momento histórico por qual passava a Igreja Católica frente ao mundo. No Suplemento Especial sobre a Diocese do Crato de 29 de Novembro de 1967, o Jornal A Ação define o bispado de Dom Vicente como uma ação pastoral “voltada para a construção do Reino de Deus e para a promoção integral e harmoniosa do homem nordestino” (Jornal A Ação, 1967, p. 5). A mesma matéria aponta ainda para o dinamismo do Bispo, exibindo suas realizações.

Entre suas realizações enumeram-se: Faculdade de Filosofia do Crato (1960); organização Diocesana das Escolas Radiofônicas (1960); Rádio Educadora (1959); Ginásio e Escola Normal Madre Ana Couto (1957-1962). Equipe de Líderes Rurais e Centro de Treinamento do Crato; 5 Sindicatos Rurais cobrindo toda a área da Diocese; Reestruturação da imprensa diocesana com a Empresa Gráfica Ltda., e o centro de Cooperativismo. (Jornal A Ação, 1967, p. 5).

O bispado de Dom Vicente de Paulo ganha destaque para esse estudo por ser, no seu governo, inclusive, quando ainda atuava como Bispo Auxiliar, o período em que iniciam-se as articulações e a edificação da Faculdade de Filosofia do Crato – F.F.C.

Para que se entenda o dinamismo da Diocese do Crato no período em estudo, fazem-se necessárias algumas considerações sobre as mudanças ocorridas na própria estrutura da Igreja Católica, consolidadas posteriormente com as encíclicas do Concílio Vaticano II¹² em 1965.

Ao se referir a Dom Vicente, o livro “Histórico da Diocese do Crato”, assinado pelo Monsenhor Raimundo Augusto (1988, p.35) destaca que “Dom Vicente tomou parte ativa nas

¹² O Concílio Vaticano II teve início em 1962 e, dividido em quatro sessões, se estendeu até 1965, quando no mesmo ano o Papa Paulo VI anunciou publicamente as reformas da Igreja Católica. Esse evento tornou-se importante na história da Igreja Católica no século XX, sobretudo por refletir sobre o papel e atuação da Igreja frente ao mundo, inclusive no campo político e social, ou seja, foi o momento em que a Igreja buscou estar mais próxima dos problemas terrenos, a fim de guiar os homens e mulheres pelos labirintos do mundo.

sessões conciliares do Vaticano II e veio aplicar na sua Diocese as decisões ali estudadas, ponderada, tomadas e codificadas”.

Já o padre Montenegro (1999, pp. 150-154), lembra ainda como bispo auxiliar de Dom Francisco, Dom Vicente já se encontrava em sintonia com os debates da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e que, pelo modo de atuação, conseguira fazer “uma verdadeira revolução na Diocese do Crato pela gama de benefícios e de conquistas por ele conseguidos com muito trabalho, visão administrativa e idealismo”.

Com a caracterização do contexto em que emerge a Diocese do Crato, bem como a linha eclesial dos seus três primeiros Bispos, demonstram o espaço e o direcionamento que a Igreja Católica tivera na cidade do Crato. Com os dois primeiros bispos, a Diocese seguiu a doutrina católica de romanização. A partir de Dom Vicente de Paulo Araújo Matos, o bispado ganha outra roupagem, expressa tanto no discurso quanto no seu exercício. Constituindo assim uma teia de elementos entendidos como um entrelaçamento de eventos de âmbito internacional, nacional e regional que se refletem na constituição da memória e também da história.

2. EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

2.1 Seminário São José, símbolo do ensino superior

Crato, pelo desenvolvimento da instrução, nos últimos anos, tornou-se campo propício para a eclosão do ensino superior [...] A primeira semente desse movimento renovador que iria mudar completamente o cenário político e intelectual desta região foi lançada em 1875, pelo primeiro Bispo do Ceará – D. Luís Antônio dos Santos, com a fundação do Seminário do Crato. (Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, tomo I, 1959-1960).

Os Anais da Faculdade de Filosofia do Crato, no seu primeiro Tomo, narram a trajetória e as motivações que desencadearam o anseio por a criação de uma instituição de ensino superior para a região do Cariri e, conseqüentemente, o fato do Crato ser a cidade sede. É aludida uma suposta tradição no campo educacional, o qual teria suas raízes fincadas na fundação do Seminário São José, ainda no século XIX. A existência dessa instituição é recorrentemente enaltecida não apenas no contexto da fundação da F.F.C.

O intelectual cratense Irineu Pinheiro¹³ (2009, p.166), em 1950, discorre sobre instituições de ensino ligadas à Igreja Católica e expõe a importância que o Seminário São José tivera não só na cidade, mas também em parte do Nordeste. Diz ele: “Durante longos anos foi êle, nos largos sertões do nordeste, uma ilha, a única, em que se instruía a juventude sertaneja de cinco Estados brasileiros: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí”. Infere-se, dessa descrição, a supervalorização da instituição e, ao mesmo tempo, o alcance espacial que o Seminário tivera até primeira metade do século XX.

Encontra-se, nos vários relatos analisados sobre o Seminário São José, um atrelamento à tradição educacional e também a uma suposta herança cristã. No “Album Histórico do Seminário Episcopal do Crato (1875-1925)”, organizado pelo padre Emygdio Lemos em 1925, é descrito a primeira visita de clérigos a mando do Bispo Dom Luiz da seguinte forma:

Pelos meados de 1872 recebeu a cidade do Crato os primeiros Lazaristas vindos da capital do Estado [...] os missionários, homens de larga experiência percebendo que pisavam em terra de crentes, onde a fé cristã transparecia simples e rude, mas robusta e profunda, mas se animaram a instruir o povo na doutrina salvadora de nosso senhor Jesus Christo. Compreenderam a necessidade da fundação de uma casa de ensino, em tão promissora cidade, para bem servir à zona do Cariry e aos sertões dos Estados vizinhos (LEMOS, 1925, p.29).

¹³ “Reputa-se a Irineu Pinheiro a glória de ser o maior historiador cratense, que se ocupara de fazer uma síntese da história local” (VIANA, 2011, p.65).

Destaca-se a perspicácia na descrição da população local. Capta-se que, no período supracitado, as práticas, sobretudo as cristãs, estavam aquém das desejadas, porém eram compostas de “crentes” e o que lhes faltava era a instrução, que não se limitava à doutrina da Igreja Católica, para tanto, tomara para si a missão de empreender uma “casa de ensino”. No entanto, a historiografia advoga que a construção do Seminário São José, na verdade, fazia parte das ações da recém-criada Diocese do Ceará.

Cabe pontuar algumas nuances embutidas na criação do seminário, este se constitui no momento histórico em que a Igreja Católica vivencia o processo de romanização, acentuada pela paulatina perda de espaço no cenário político brasileiro, desde a promulgação da primeira constituição brasileira, em 1824. “[...] A situação da Igreja Católica neste contexto é por demais delicada, pois se de um lado temos o avanço das ideias liberais que serviram como base de justificação ideológica do Estado, por outro lado existe uma longa tradição liberal do clero brasileiro” (PINHEIRO, 1989, p.194).

O processo de romanização ou ultramontanismo não foi, entretanto, vivenciado apenas no cenário brasileiro. Tratava-se de uma política de âmbito mundial da Igreja Católica, uma forma de posicionar-se frente ao novo, frente ao “mundo moderno”, pois “[...] o paradigma católico romano, que inicialmente foi tão inovador na Idade Média, estava sendo cada vez mais metido numa camisa-de-força medieval, ainda que o sistema romano continuasse funcionando como um efetivo instrumento de poder em países católicos” (KUNG, 2002, p. 184).

Trata-se da centralização da vida religiosa, que tem como núcleo Roma, de onde deveriam ser indicadas todas as ordens sacerdotais. Objetivava uma homogeneização das práticas cristãs, tanto dos clérigos como dos fieis. Imerso nesse universo, constituiu-se não apenas o Seminário São José, mas também a Diocese do Ceará e o Seminário da Prainha.

A Província do Ceará será área de romanização por excelência. A começar pelo período de organização de sua Diocese, criada em 1859, o seu primeiro Bispo foi nomeado em 1860. A organização da Diocese ocorre no período inicial do processo de romanização, e que terá seu ápice por volta de 1870 com o fim do Concílio Vaticano I, que procura traçar o caminho a ser seguido pelas Igrejas diante desta realidade. E, para completar este quadro tipicamente romanizado, foi nomeado como o primeiro Bispo D. Luiz Antônio dos Santos, que iniciou seus estudos no Rio de Janeiro em 1835 (PINHEIRO, 1989, p.195).

Dom Luiz Antônio articula seu bispado com perspicácia. Se por um lado existia uma política eclesial que necessitava de um aparato, por outro, havia uma realidade marcada pela desigualdade social em uma região eminentemente rural e de pessoas simples com pouca,

ou nenhuma, instrução educacional. Mesmo assim, o que poderia configurar um choque de culturas é, no Ceará, sutilmente levada a cabo.

Feitas tais considerações, voltar-se-á ao contexto cratense. No início desse texto, viu-se como intelectuais locais representaram a existência do Seminário São José, descrita como uma obra missionária da Diocese do Ceará, gerada por um anseio geral. No já citado “Album Histórico do Seminário Episcopal do Crato”, é exposto essa junção de boas ações:

Annunido ao desejo do povo, enviaram elles as esmolas arrecadadas ao Sr. D. Luiz, informando S. Exa. De tudo que se passára. O illustre Prelado, que já fundára o Seminário de Fortaleza, exultou ao receber a carta dos Lazaristas e logo quiz pôr em pratica a idéa de dotar a zona sul cearense de uma casa de instrução congenere á da capital, como, um anno antes, lhe tinha suggerido o revmo. Padre Cicero Romão Baptista, então recentemente ordenado. Escrevendo aos missionários, ordenou-lhes que continuassem a receber donativos para a realização de tão justo aspirar cratense. (LEMOS, 1925, p.30).

Pensando o Seminário São José dentro da política de romanização, destacam-se duas situações anteriores ao início de construção dessa instituição.

A primeira ocorreu em 1832, na vila de Jardim, na região do Cariri. O episódio que ficou conhecido como “Revolta Pinto Madeira” tratava-se de um levante que desejava a restauração do trono de Dom Pedro I. O Joaquim Pinto Madeira, importante proprietário de terras e comerciante, organizou uma espécie de milícia que tinha como objetivo sufocar possíveis ações da Confederação do Equador na região caririense, confederação está bastante aceita no Crato, destacando-se, em especial, a família Alencar que tinha como liderança a matriarca Barbara de Alencar.

Pinto Madeira contava com o apoio do vigário da Vila de Jardim ao qual lhe é atrelado uma mística participação, como se vê no livro “Cidade do Crato”, quando diz que Pinto Madeira:

Arregimentou em torno de si um verdadeiro exército, com a colaboração do vigário de Jardim. Antônio Manual de Sousa que, de tanto abençoar as armas dos jagunços, sendo muito comum o uso de bastões de madeira, por falta de armas de fogo, recebeu a alcunha de ‘Padre Benze-Cacetes’. Com esse exército invadiu a vila do Crato, passando depois para o Icó, sendo daí rechaçado. (PINHEIRO; FIGUEIREDO FILHO, 1953, p.?)

Não cabe aqui discorrer, em seus por menores, sobre o conflito político em questão. Joga-se luz apenas na ação do vigário Antônio Manoel que tinha, na sua prática, ações religiosas seculares, distantes das que estava sendo empreendidas pela Igreja Romanizada.

Outro episódio, dessa vez com intervenção da recém-criada Diocese do Ceará, foi as ações do Pe. Ibiapina no Cariri que, desde 1855, percorriam o Nordeste fazendo ações assistencialistas. Os trabalhos desse missionário na região do Cariri data de 1865, quando construiu a Casa de Caridade na cidade de Missão Velha. Até 1870, o padre também desenvolveu suas ações em Barbalha, em Crato, em Porteiras e em Milagres. A atuação de Pe. Ibiapina na região do Cariri é descrita com presteza por Della Cava (1976, p.31):

O trabalho realizado por Ibiapina no Vale [do Cariri] teve, realmente, algo de extraordinário: fundou uma congregação religiosa de mulheres, talvez a primeira do Nordeste, a qual, a despeito de sua ilegalidade canônica, constituiria um precedente importante na tentativa das futuras gerações eclesásticas do Cariri para estabelecerem ordens religiosas genuinamente brasileiras. [...] Por fim, reuniu pobres e ricos no trabalho em comum pela glória de Deus e pelo progresso material do homem. O exemplo de Ibiapina seria lembrado pelos habitantes do Cariri, [...] mas no tocante à hierarquia eclesástica militante e igualmente devota não teve boa acolhida, tendo sido, na realidade, por ela contestado.

Essa contestação a qual Della Cava se refere está ligada à divulgação de supostos milagres, no jornal semanário criado por Ibiapina em 1868, de nome “A Voz da Religião no Cariri”, onde eram recorrentes as matérias que divulgavam supostos milagres associados às fontes naturais de água no município de Barbalha. Madeira (2008, p.p. 215-216) afirma que “registrou de forma intensa os supostos milagres na Fonte ao dedicar um espaço considerável a esses acontecimentos. Na seção A Fonte Miraculosa, em quase todos os seus exemplares, foram publicados os comunicados dos beneficiários”.

Essa propagação das graças alcançadas nas fontes do Caldas foi imperativa para que o bispo Dom Luís interferisse nos trabalhos de Ibiapina, punido com o afastamento do Cariri. Ainda segundo Della Cava (1976, p.32):

Em 1869, informações provenientes do Cariri levaram o bispo a tomar novas providências contra o famoso missionário. Ibiapina, ao que parece, torna-se objeto de veneração popular. Durante sua missão em Barbalha, naquele ano, havia aconselhado uma mulher doente, e que lhe implorava uma cura, a banhar-se na fonte do Caldas [...] Quando a mulher regressou a Barbalha, três dias depois, completamente curada, Ibiapina foi saudado como milagreiro.

Dom Luis, que anos antes havia permitido os trabalhos missionários de Ibiapina na região, passou então a proibir e “induziu a saída do missionário do Cariri” (MADEIRA, 2008, p.217). Estabeleceu-se, no Cariri, uma sequência de acontecimentos contrários ao ultramontanismo de Dom Luiz, ameaçando a desejada hierarquia católica romanizada. Presume-se, então, que a instalação de um seminário na região do Cariri, dois anos após o

afastamento de Ibiapina da região do Cariri, não estava clivada apenas na boa vontade do Bispo do Ceará.

Unido a essa atmosfera mística, como percebera nos dois exemplos citados, Dom Luis ainda se preocupava com a indisciplina dos espaços religiosos. Como descreve Cortez (2000, p.42) “[...] A questão da profanação dos templos não se resumia à transformação da casa de Deus num campo de batalha ou à exposição num mesmo espaço de elementos sagrados e profanos”, presentes nas formas como o sagrado era manifestado ou na utilização dos espaços. A supracitada autora identifica algumas intervenções da Diocese, inclusive com punições, no período que antecede a vinda dos lazaristas que fundariam o Seminário.

Descortina-se uma percepção sobre a fundação do Seminário São José, diferente da que fora por décadas representadas nas produções locais. Intuí que o bispo do Ceará identificava na região caririense uma “frouxidão” das práticas cristãs e, do mesmo modo, tinha como intuito fortalecer a formação clerical, sendo o Cariri uma região estratégica, já que fazia divisa com outras províncias.

A representação histórica do Seminário será recorrente na construção da memória da cidade e veemente aludida como símbolo da interiorização do ensino superior no Ceará. Dessa representação, alguns aspectos predem a atenção.

O primeiro deles é sobre o esforço e a determinação de Dom Luis Antonio que chegou mesmo a residir em Crato, com a finalidade de garantir a construção do Seminário. Ao descrever a dificuldade em erguer o edifício, o “Album Historico” (1925, p.31) narra o seguinte:

Logo que se esgotaram os recursos obtidos, o ardor com que se iniciara o trabalho foi arrefecendo, e, de todo paralisaria o serviço, si o Sr. D. Luiz não se impuzesse o sacrifício de abandonar o conforto do seu paço episcopal para, numa viagem longa e enfadonha, vir fixar residência temporária no Crato.

O esforço do bispo Dom Luis é relatado com a mesma ênfase nas produções dos intelectuais. Em 1975, em comemoração ao centenário do Seminário São José, a Faculdade de Filosofia do Crato promoveu o “Simpósio Regional de Educação” que contou com a participação de vários educadores. As palestras foram publicadas dois anos depois, na Revista HYHYTÉ¹⁴. A apresentação do prof. Rubens G. Lóssio (1977, p. 20), remete igualmente ao álbum, o sacrifício, quase martírio, do bispo do Ceará, como se vê:

¹⁴ A Revista HYHYTÉ pertencia à Faculdade de Filosofia do Crato. No terceiro capítulo deste estudo, ela será contextualizada.

É já conhecida e decantada a atitude firme e ousada, filigranada mesmo de heroísmo, do primeiro Bispo do Ceará, na determinação de fundar este Seminário nos idos de 1875. Para desfrutar a ventura de tão grande êxito no extremo sul da Diocese, houve de enfrentar a aventura de êxito tão grande da capital da Província, que lhe custou uma cavalgada de seiscentos quilômetros e uma permanência de seis meses junto às obras e à construção.

A grandeza desse feito não se pode medir apenas pelo esforço físico despendido e o longo tempo consumido, porém, se dimensiona sobretudo pelo ideal elevado e o gesto pioneiro do empreendimento

A construção dessa instituição de ensino ainda no final do século XIX pode ser considerada como o início da tradição educacional cratense, alicerçada no pioneirismo do ensino no interior do Ceará e “agraciada” pelo intento da Igreja Católica para com a cidade. O que se percebe é a construção de uma rede escolar ligada à Igreja que se concretizava não apenas na cidade do Crato.

Em uma perspectiva geográfica, o estudioso Vasconcelos Júnior (2006, p. 117-118), defende que “[...] a rede de escolas católicas que foi sendo tecida no território cearense, pode ser vista, nesta perspectiva espacial, como um símbolo do poder que este agente social, no caso, a Igreja Católica, visa imprimir em um determinado território”. Em um período em que a Igreja perdia espaço, formar intelectuais católicos seria uma das frentes dessa instituição. Exemplo dessa política pode ser percebido ao analisar o histórico de alguns intelectuais que se fizeram presentes na consolidação da Faculdade de Filosofia, pois, anteriormente, foram alunos do Seminário São José.

A demarcação territorial e simbólica da Igreja Católica na cidade pode ser percebida na localização do Seminário São José. Posicionado em uma área estratégica de onde se tem uma vista panorâmica e privilegiada de toda a cidade.

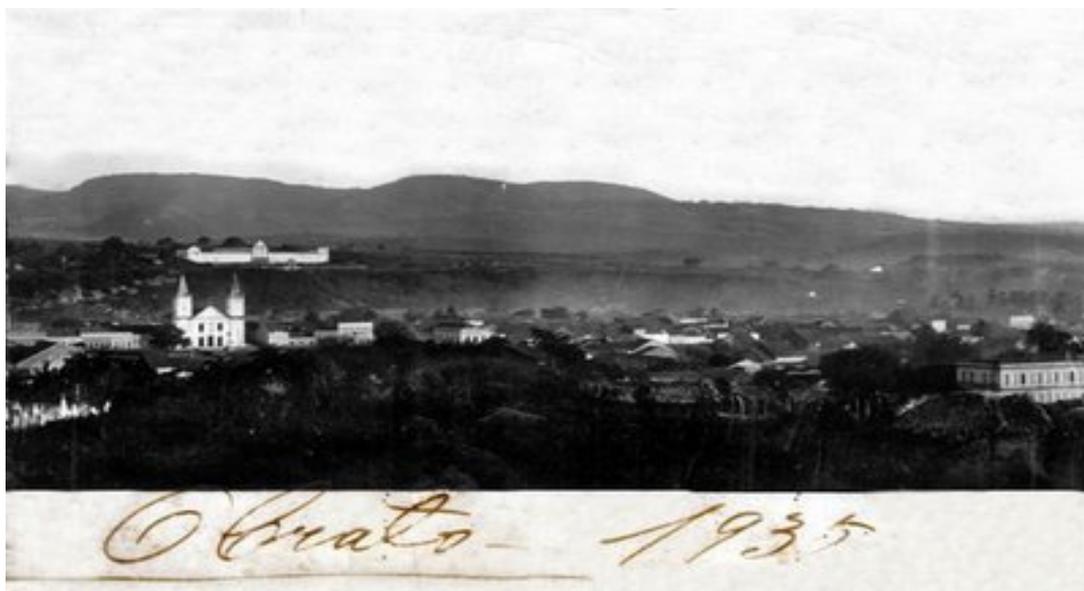


Figura 1 – Vista da Cidade do Crato no início do século XX. Acervo da autora.

Erguido em um vasto terreno doado pelo influente coronel Antonio Luiz Alves Pequeno, o prédio de arquitetura ousada para época põe-se sob um monte de onde se vê e se é visto por toda a cidade. Na parte superior da imagem, avistam-se os morros que cercam o núcleo da cidade, observa-se que, no início do século XX, a cidade já começava a se expandir para os altos. Na parte inferior, está o rio Grangeiro, que corta toda a cidade, delimitando, até então, os rumos de crescimento da cidade. A partir da construção do Seminário São José em cima dos montes, a cidade também começa a crescer ao seu redor. O “Seminário”, bairro que leva o nome de tal instituição, é atualmente o maior e o mais populoso da cidade.



Panorama da cidade do Crato

Figura 2 – Foto da Cidade do Crato. Acervo da autora.

Esta imagem permite outras observações. A foto datada de 1935, por tanto, a mais de sessenta anos após sua construção, demonstra a localização do Seminário São José. Na parte superior da foto, está, por trás, a Igreja de Nossa Senhora da Penha¹⁵.

Os posicionamentos destas duas instituições, se remetidas ao contexto histórico de criação do Seminário São José, são vistos como uma representação da política de romanização. Ao observar a imagem com cuidado, faz-se uma alusão ao posicionamento que o Seminário teria naquela cidade. Geograficamente, o Seminário está sob a Igreja Matriz, ao mesmo tempo, sua arquitetura demonstra uma expansão, é como se a Instituição estivesse de “braços” abertos para a cidade. Essa percepção sobre o posicionamento espacial do Seminário é externizada pelo já supracitado prof. Rubens Lóssio (1977, p. 20), ele diz: “[...] Bem haja,

¹⁵ A Igreja de Nossa Senhora da Penha que, com a criação da Diocese do Crato se elevaria à Igreja da Sé, é um dos mais tradicionais templos da Igreja Católica na região do Cariri. Ainda enquanto capela, sua criação remonta a meados do século XVIII.

pois, o Seminário São José, do Crato. Qual cidade iluminada sobre o monte, o seu olhar penetrante dominou os horizontes de região e do tempo e o seu grito de fé e ciência acordou o desenvolvimento do Crato e do Cariri”.

2.3 Lampejos de modernidade na cidade do Crato

Crato ostenta com orgulho o título de “Capital da Cultura” no sul do Ceará. Razões e motivos não faltam para justificar este precioso lauréu.

Na educação, nas artes, na literatura, nas bibliotecas, nos museus, nas instituições de ensino e cultura, bem como nas personalidades e na sua potencialidade humana.

Existe um espírito coletivo que dinamiza o panorama cultural deste município que desde muito cedo despertou para o estudo, as artes, as letras (TEMÓTEO, 1990, p.36)¹⁶.

O Crato é um município do interior do Estado do Ceará, localizado na região Cariri e a 533 quilômetros da capital, Fortaleza. Geograficamente, a cidade encontra-se no sopé da Chapada do Araripe o que proporciona a região uma abundante vegetação e mananciais de água.

Na descrição do Jurandy Temóteo, a cidade é representada como a ‘Capital da Cultura’, título justificado pelo destaque no desenvolvimento cultural da cidade. O jornalista destaca ainda vários setores de desenvolvimento cultural que explicariam essa particularidade frente às demais cidades da região do Cariri. O supracitado autor chega mesmo a agregar tais características à inerência da própria cidade, já que, segundo ele, existe ali “um espírito coletivo” que impulsiona tais iniciativas.

É verdade que essa representação sobre a cidade do Crato é compartilhada por vários sujeitos que vão construir, a partir do século XX, produções várias sobre aquele espaço, fazendo uma alusão ao pioneirismo e ao desenvolvimento cultural como características, muitas vezes natural, daquele povo. Assim o Crato torna-se uma cidade anunciada pelos seus vários adjetivos que remetem a ele uma representação de espaço aprazível e vanguardista, contudo, percebe-se também uma intensa aspiração pelo pioneirismo e pela demarcação das singularidades da cidade.

Na envergadura dessas construções, há, quase sempre, uma canalização para o espírito urbanista. Essa singularidade está intrínseca às relações sociais contemporâneas em que a urbanização, a massificação e a universalização do comportamento humano passam a ser comungados.

Nesse momento, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a Cidade e suas interpretações. O historiador José D’Assunção Barros, ao abordar a trajetória da Cidade enquanto objeto de estudo, expõe que esta é uma reflexão dos tempos modernos na qual anteriormente “[...] Pensar e sentir a cidade fora muitas vezes uma tarefa dos poetas, dos

¹⁶ O texto foi retirado da “Síntese cultural” do Guia Turístico do Sul do Ceará de autoria do jornalista Jurandy Temóteo de 1990.

cronistas e romancistas, dos teólogos, também dos arquitetos e dos filósofos” (BARROS, 2007, p.9). Para esse estudo, faz-se necessário entender que a cidade, ou as representações sobre ela, constituem-se por conflitos, por exposições e por ocultações, ou seja, a representação é sempre resultado de conflitos de pensamentos permeados pela detenção, ou vontade, do saber e do poder.

Dessa forma, parte-se do entendimento de que as representações sobre a cidade do Crato, que serão aqui analisadas, não são neutras já que “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas”. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Assim sendo, buscou entender a cidade do Crato a partir de artefatos culturais que compunham uma rede de elementos sobre o espaço. Sem esquecer que tais informações são sempre resultado da produção de um grupo determinado, especificamente da elite local, sem, com isso, anteparar trocas e ressignificações dos sentidos no contato com outros setores da sociedade.

Uma das mais conhecidas representações sobre a cidade do Crato está na música cantada pelo Rei do Baião, Luiz Gonzaga.¹⁷ A canção “Eu vou pro Crato”, expressa a afeição de Luiz Gonzaga com a cidade, contudo destacam-se igualmente algumas características agregadas e compartilhadas socialmente, como se pode observar na letra musical de autoria do Luiz Gonzaga e José Jataí¹⁸:

Eu vou pro Crato
Vou matar minha saudade
Ver minha morena
Reviver nossa amizade

Eu vou pro Crato
Tomar banho na nascente
Na subida do lameiro

¹⁷ Luiz Gonzaga, assim como boa parte dos moradores da cidade do Exú, no Pernambuco tinham, e ainda tem, relação próxima não só com o Crato, mas também com o triangulo CRAJUBAR. Essa é uma característica da região do Cariri por fazer divisa com os Estados do Pernambuco, Paraíba e Piauí. O CRAJUBAR é assim, a opção no termo de comércio, de saúde e de educação. Para se ter ideia da ligação entre Luiz Gonzaga e a cidade do Crato, destaca-se que o Rei do Baião recebeu em 1974 o título de cidadão cratense.

¹⁸ A música foi gravada em 1963 no disco Pisa no Pilão (Festa do Milho), pela gravadora RCA Victor. Disponível em:

<http://www.luizluagonzaga.mus.br/index.php?option=com_content&task=view&id=330&Itemid=103>.

Acesso em: 08 nov. 2010.

Tomo uns tragos de aguardente

Eu vou pro Crato
Comer arroz com piquí
Feijão com rapadura
Farinha do Cariri

Eu vou pro Crato
Vou matar minha saudade
Ver minha morena
Reviver nossa amizade

Eu vou pro Crato
Pois a coisa melhorou
A luz de Paulo Afonso

Cariri valorizou
Eu vou pro Crato
Já não fico mais aqui
Cratinho de açúcar
Coração do Cariri

Eu vou pro Crato
Vou matar minha saudade
Ver minha morena
Reviver nossa amizade

Eu vou pro Crato
Vou pra casa de se Pedro
Seu Felício é véio macho
Tou com Pedro, tou sem medo

Eu vou pro Crato
Vou viver no Cariri

A partir da música pode apreender-se vários aspectos representativos sobre a cidade que partem de suas particularidades naturais, como a possibilidade de “Tomar na nascente”, considerada uma das belezas naturais da cidade. Nascentes essas que contribuíram para a fertilidade do solo, fazendo de sua maior riqueza econômica a agricultura, com destaque para a cana-de-açúcar, que derivaria a aguardente a qual Luiz Gonzaga menciona tomar “uns trago”, além da rapadura que ele comeria com feijão. Essas iguarias eram produzidas nos engenhos que, antes movidos a vapor, passaram a ser movidos à eletricidade da hidrelétrica de Paulo Afonso a partir do ano de 1960.

A letra exalta ainda outra fonte da economia cratense, a mandioca, a qual demandava uma organização industrial das “modernas” empresas de beneficiamento, como a Companhia de Industrialização da Mandioca S.A – CIMASA ou a Indústria e Moagens do Cariri – IMOCASA.

A música é aqui apreendida como um desenho da identidade, tecida, sobre a cidade do Crato, desde a segunda metade do século XIX e início do século XX. Observa-se que, nesse período, constitui-se uma série de discursos representativos que estabeleceriam ao Crato a imagem de “cidade da cultura” letrada.

De acordo com Cortez (2000, p.p. 22-40), houve um movimento de construção do Crato como cidade da cultura no período que compreende os anos de 1889-1960, empreendido por um grupo de políticos e de intelectuais, definidos pela supracitada autora, como sendo “especialistas da produção cultural” dessa cidade. Essas noções foram construídas pelos intelectuais cratenses, os quais serão analisados adiante, no sentido de gerar uma memória e uma história de glória, frente aos demais municípios da região caririense.

Reflexo dessa valorização histórica da cidade está, por exemplo, no enaltecimento de famílias consideradas tradicionais. Perceptível ainda na canção de Luiz Gonzaga quando este pronuncia:

É! O caminho é de açúcar! O cratinho é doce! Cratinho é terra boa! Todo mundo quer ir pra lá... Eh! Eh! Mas ninguém quer ir pro hoté... todo mundo que se arrumar na casa de um parente. Um, diz que vai pra casa do Alencar... Ah! Ah! Outro diz que vai pra casa do parente.¹⁹

¹⁹ Disponível em:

<http://www.luizluagonzaga.mus.br/index.php?option=com_content&task=view&id=330&Itemid=103>. Acesso em: 08 nov. 2010.

O Rei do Baião faz referência à família Alencar, sobrenome este citado também no hino no município que ao final diz “Bendita sejam, ó terra de Alencar”. No caso do hino é uma evocação a Bárbara de Alencar, considerada uma heroína cratense.²⁰ Em contato com produções várias, é aparente o enaltecimento não só da família Alencar, mas também da dos Araripe, dos Arraes, dos Muniz, entre outras famílias que, seriam recorrentes não apenas na representação como também na produção dos artefatos da memória cratense.

De acordo com o historiador Jacques Le Goff, tomam-se as letras da música “Eu vou pro Crato” e o hino da cidade, como documentos históricos que proporcionam a materialização de produções simbólicas, pois “[...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (1996, p.545). Esses produtos são gerados, principalmente, a partir da articulação, não necessariamente consciente, porém absorvida pelo convívio do meio em que estão inseridos.

Observa-se a constituição categórica, especificamente na primeira metade do século XX, de uma memória e uma identidade da cidade do Crato como a cidade da cultura. Construção que remete aos indivíduos da cidade uma cultura, principalmente a letrada, como parte da própria gênese social da cidade.

Essas são, na verdade, representações sobre a modernidade. Entendida dentro de um modelo ocidental, capitalista e desenvolvimentista, o qual perpassa pela vida social. Essas aspirações são identificadas nas representações sobre o Crato pelo continuo atrelamento a uma possível “vocaçãõ” ao progresso. Essa alusão sobre a cidade do Crato pode ser percebida no texto escrito por Antonio Martins Filho e Raimundo Girão:

Até muito tempo mais, o Crato, o Cariri será harmoniosa transição entre o Velho e o Novo, o que lhe dará fisionomia muito peculiar [...] e, então, veremos que o Moderno, cheio de ostentações de bem-estar, de utilitarismo e de conforto, não prescindirá do Antigo, cheio de evocações e de espiritualidade confortante. Haverá uma superposição, mas nunca um aniquilamento.²¹

Garantir a harmoniosa “transição entre o Velho e o Novo” e concretizar tais ideais civilizatórios de modernização e progresso além de assumir os padrões sociais decorrentes de tais ideais. A construção desse ideário de vida eminentemente moderno e, portanto, urbano,

²⁰ Bárbara de Alencar ficaria conhecida pelo seu envolvimento prol da Independência, encampando na região a Confederação do Equador.

²¹ MARTINS FILHO, Antonio & GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3ª edição. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, [s.d]. pág. 182.

necessitava da construção de sentidos para a cidade e, nesse processo, surgiram várias instituições de cunho intelectual, que buscaram dar sustentação a esse ideário.

Como discorre Viana (2011), o processo de modernização cratense, movimento vivenciado em várias regiões do Brasil na primeira metade do século XX, tinha como requisito obrigatório, nessa concepção, não só a construção de marcos históricos daquele lugar diante da região do Cariri, mas também do Estado do Ceará e até mesmo do País. O supracitado autor defende que a festa do centenário de elevação do município Crato, e, 1953, teria sido um marco simbólico da modernização cratense.

Contudo, a preocupação com o campo educacional dar-se anteriormente. O saber institucionalizado na cidade do Crato ganha visibilidade desde o final no século XIX. Segundo a historiadora Cortez (2000), havia uma preocupação de suprimir da sociedade cratense características que, por ventura, representassem atraso, o aspecto educacional era, então, um campo de preocupação da elite local²² e da própria Igreja Católica.

Esse interesse pela educação deu-se especificamente após o suposto milagre do Padre Cícero, ocorrido em 1889. Esse fato atraía e ainda atrai, cotidianamente, a Juazeiro centenas de pessoas. Essa ebulição de fiéis que diariamente iam ao encontro do Padre Cícero cooperou para que Juazeiro logo se elevasse à cidade em 1911. Esses acontecimentos não só abalaram a economia, mas também o cotidiano, da até tão bem-sucedida cidade do Crato. (MARQUES, 2004, p.60).

Desse processo, surgiram várias circulações intelectuais, como a construção de institutos, a publicação de jornais e de revistas e a edificação de um vasto material historiográfico. Interferindo, também, no sistema educacional do Município, reivindicando espaços representativos do progresso e uma acentuada preocupação com o campo educacional. Esse movimento se estende de forma mais categórica até meados da década de 70, do século XX, contudo, ainda hoje é possível perceber certa resistência por parte de alguns sujeitos do Crato em relação à cidade do Juazeiro do Norte, embora, na maioria das vezes, de forma velada.

²² A cidade do Crato teve desde a sua composição uma cultura agrária que possibilitou um fortalecimento de uma elite local. Os filhos dessa elite agrária passaram a receber uma educação adquirida em cidades como Olinda e, posteriormente, Fortaleza. Essa formação letrada, em grandes centros urbanos, fez que se construísse entre o final do século XIX e meados do século XX uma elite urbana que se caracterizou por sua pretensa intelectualidade. Para melhor compreender a constituição social da cidade do Crato, ler CORTEZ (2000) e ALBUQUERQUE (1998).

3. FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO - F.F.C. E A TRADIÇÃO EDUCACIONAL DA CIDADE DO CRATO

3.1 Interiorização do ensino superior cearense e a articulação pró-F.F.C

À sessão de fundação, no dia 23 de setembro de 1955, no salão de festas do Colégio Diocesano de Crato, às 19 horas, compareceram, entre outras pessoas, o saudoso bispo D. Francisco de Assis Pires, o Magnífico Reitor Antônio Martins Filho e o deputado Leão Sampaio. A sociedade nasceu com a finalidade de fundar estabelecimentos de ensino superior na região e ficou definitivamente resolvido que começaria pela Faculdade de Filosofia do Crato. (ANAIS, 1962, p. 8)

Percebe-se que houve uma articulação política, a qual, na passagem acima, é bastante elucidativa, sobretudo ao apontar a relação entre o bispo D. Francisco de Assis Pires, o reitor da Universidade do Ceará, Antônio Martins Filho, e deputado Leão Sampaio, em outras palavras, vê-se o ajuntamento de representantes da Igreja Católica, da Academia e do Estado. Desse mesmo encontro, nasceu ainda uma diretoria para o Instituto, composta por clérigos, professores e pessoas influentes da elite local.

No dia 06 de dezembro de 1959, foi fundada a Faculdade de Filosofia do Crato – F.F.C. O Instituto do Ensino Superior do Cariri organizou tal momento no envolto da Sé Catedral. A solenidade levou a cabo a grandeza que os seus criadores dedicavam à criação da F.F.C., o panorama pode ser percebido na ata do Instituto do Ensino Superior do Cariri do referido dia que aponta, por exemplo, alguns sujeitos que se fizeram presentes,

[...] os Exmos. Srs. Drs. José Parsifal Barroso e Wilson Gonçalves, respectivamente Governador e Vice-Governador do Estado, o Magnífico Reitor da Universidade do Ceará, Dr. Antônio Martins Filho, os Exmos. E Revmos. Srs. D. Francisco de Assis Pires, Arcebispo de Antioquia, na Pisídia, D. Vicente de Araújo Matos, Vigário Capitular da Diocese do Crato, Mons. Pedro Rocha de Oliveira, Reitor do Seminário Diocesano, Pe. Rubens Gondim Lóssio, Vigário do Crato, Paróquia nossa Senhora da Penha, Pe. Frederico Nierofh, vigário da Paróquia de S. Vicente, Mons. Francisco Holanda Montenegro, Diretor do Colégio Diocesano do Crato, luzida representação da Universidade do Ceará, representação de tôdas as associações de classe e religiosas da cidade de vários Municípios vizinhos, todos os membros da Diretoria do Instituto de Ensino Superior do Cariri, o Sr. José Horácio Pequeno, Prefeito Municipal e o que o Crato tem de mais representativo (ANAIS, 1962, p.10).

Como se percebe, no entorno da fundação da Faculdade de Filosofia do Crato, construiu-se um fato, que envolvera autoridades das mais variadas esferas sociais, tendo uma predominância, ao menos numérica, de membros da Diocese do Crato. A partir da citada ata, é possível intuir ainda a positividade dos sujeitos que assistiam ao evento, como reagem após

as falas, especificamente, após o discurso do Reitor da Universidade do Ceará, o qual “concluiu a sua vibrante oração, abafada com demorada salva de palmas”, ou ainda na fala do então governador do Ceará, José Parsifal Barroso, o qual fora “recebido na tribuna com vibrante aclamação”. (ANAIS, 1962, p.10). Sabe-se que a supracitada ata carrega consigo intencionalidades, e, como se percebe, havia naquele momento, uma articulação e uma empolgação por parte da sociedade local.

No dia 15 do mesmo mês, acontecera uma assembléia extraordinária do Instituto do Ensino Superior do Cariri, no palácio episcopal, estabelecendo a vinculação do Instituto com a Faculdade, sendo votado ainda, entre outras coisas, que o presidente do Conselho Executivo seria o Bispo Diocesano e que o diretor da F.F.C. seria o prof. José Newton Alves de Sousa e como vice-diretor o professor Antônio Rubens Soares Chagas.

Assim, a Faculdade de Filosofia do Crato iniciara suas atividades em 1960, vinculada à Universidade do Ceará com os cursos de Letras Neolatina, Letras Anglo-Germânicas, História e Pedagogia. A Faculdade permanecera sobre o auspício da Diocese até 1985, quando acontecera a estatização da mesma.

Possivelmente, a fundação e o início do funcionamento da Faculdade de Filosofia tornou-se um marco, pelo menos no imaginário das pessoas que dela compartilharam, como demonstra os Anais da referida faculdade de 1959-1960.

Desde que a Faculdade de Filosofia emergiu, dentro dos quadros do Instituto de Ensino Superior do Cariri, que tem servido de incentivo constante à criação de outras faculdades, não só em Crato, como noutros pontos do Estado, assim demonstrando, mais uma vez, o perene espírito de pioneirismo de nossa terra em todos os sentidos. (ANAIS, 1962, p.10).

Deduz-se que havia uma grande expectativa em torno do impacto que o funcionamento da Faculdade geraria na região do Cariri, bem como sobre as influências que tal façanha ocasionaria em outras regiões do Ceará, apontando para o “pioneirismo”, como deixa transparecer o escrito acima, como algo inerente da cidade.

O cenário acima apresentado aponta alguns elementos constitutivos presentes na cidade do Crato, principalmente no século XX, destacando o desencadeamento da intervenção da Igreja Católica, principalmente, no que concerne ao campo educacional. Perpassou-se, ainda, a forma como a atuação educacional da Igreja Católica, posteriormente da Diocese do Crato, é apropriada como um limiar para uma possível representação de diferenciação da cidade do Crato frente às demais cidades da região do Cariri.

A busca de entendimento do sentido construído no envolvimento da existência da Faculdade de Filosofia do Crato é também uma busca de identificar o quanto a construção de sentidos é forjada em meio à sociedade. Ponderar sobre a ingerência da Diocese do Crato na faculdade é uma forma de pensar como os aspectos mais variados são muitas vezes submersos e determinantes no gerir das instituições educacionais em geral. E, por fim, tentar apreender a visão dos sujeitos inseridos no processo é a busca de identificar como tais pessoas, inicialmente alheios ao que está posto, sentem e vivenciam o desenrolar de processos abstratos a si, sem, com isso, deixarem de se apropriar, recriar e representar, seja pelo seu cotidiano, seja pelas suas memórias.

Poucas localidades do interior cearense acordaram tão cedo para o problema do ensino, como a cidade do Crato, datando de quase século e meio atrás, em caráter oficial, as suas primeiras iniciativas no campo da instrução pública. [...] possuindo já um lastro apreciável de cultura, com raízes firmadas, oficialmente, nos primeiros decênios do século passado, a esse povo caberia o direito de lutar pelo seu desenvolvimento espiritual, numa segunda fase dos seus destinos educacionais, para o que se fazia necessário o surgimento de uma escola de nível superior capaz de formar ali mesmo o professor, o pesquisador e o homem dado aos estudos literários, fixando-os assim definitivamente à terra.²³

A criação de uma instituição de ensino superior no interior do Estado do Ceará, na cidade do Crato nos anos 60 do século XX, ganha duplo sentido: distinção da cidade como lugar do saber e, ao mesmo tempo, símbolo do progresso, como se percebe na matéria jornalística acima destacada. Sugestivo é ainda a forma como a cidade é apresentada, do que se pode intuir uma proeminência sobre a região do Cariri no campo educacional. Legitimados por essa tradição, caberia ao Crato o “direito de lutar pelo seu desenvolvimento espiritual”, como visto acima, necessitando apenas da criação de uma instituição de ensino superior.

Na história educacional da cidade do Crato, a atuação da Igreja Católica tem uma proeminência, pois foi na educação que a Igreja centrou boa parte das suas ações, conseguindo, inclusive, manter, por um longo período, a hegemonia das instituições educacionais. Até primeira metade do século XX, a Igreja dispunha de várias instituições educacionais, tais como: Colégio Santa Teresa de Jesus, voltada para as mulheres, em 1923; para os homens, Colégio Diocesano do Crato, em 1943, que surgira inicialmente em 1916 como Colégio Diocesano e Ginásio do Crato em 1926; em 1957, o Ginásio Madre Ana Couto para mulheres e, por fim, a fundação em 1959, e início do funcionamento, em 1960, da Faculdade de Filosofia do Crato.

²³ Texto de F.S. Nascimento, retirado do Jornal Unitário de 21 de Dezembro de 1962, pág. 6. Fortaleza – CE.

A fundação da Faculdade de Filosofia do Crato, em 1959, dentro de uma tradição educacional, ganha um papel de destaque na atuação e na repercussão das investidas da Igreja Católica na cidade. A construção de uma faculdade, dentro do movimento de expansão e de interiorização do ensino superior, representava a manutenção do pioneirismo da cidade do Crato no campo educacional e sobre arbítrio da Diocese do Crato.

A tessitura que envolve a articulação e o desenrolar da criação da faculdade, bem como seu funcionamento, prende a atenção. Acreditando que naquele momento a cidade do Crato já obtivera no campo educacional um resolutivo desempenho instrucional, carecendo apenas da existência de uma instituição de ensino superior, o Padre Rubens Gondim Lóssio e o professor Teodorico Barbosa, construíram, em 1955, uma proposta para a criação de uma instituição de ensino superior na cidade do Crato. A propositiva foi apresentada e aprovada pelo Instituto Cultural do Cariri, seguindo, então, o Padre Lóssio para Fortaleza a fim de conseguir o apoio do Reitor da Faculdade do Ceará, Antônio Martins Filho.

Na verdade o que se tem é uma confluência de interesses. Martins Filho (1994, p.193), em seu memorial diz:

A idéia de interiorização do ensino superior, de modo que a universidade viesse a influir, de maneira mais objetiva em diferentes Zonas do Estado do Ceará, sempre esteve presente no meu espírito.

[...] Fiz, aliás, uma visita à Região do Cariri, procedendo em Crato a uma avaliação dos recursos humanos disponíveis naquela e nas cidades de Juazeiro e de Barbalha. O resultado da pesquisa não foi muito animador, porém o desejo de dotar a Zona Sul cearense de uma Faculdade ou Estabelecimento de nível superior permaneceu latente.

No entrever dos discursos o que se tem é a união de interesses. Se a fundação de uma Faculdade na cidade do Crato fazia parte dos planos de interiorização do ensino superior do Reitor da Universidade do Ceará, esse se concilia ao desejo de se marcar na história da cidade do Crato, uma premissa de pioneirismo no campo educacional.

Com o intento de edificar a faculdade criou-se o Instituto de Ensino Superior do Cariri, a fim de favorecer a criação e manutenção da faculdade que acontecera sobre os auspícios da Diocese do Crato, sobre a guarda do bispo Dom Francisco de Assis Pires e seu auxiliar Dom Vicente de Araújo Matos.

A Faculdade de Filosofia do Crato iniciara suas atividades em 1960, vinculada a Universidade do Ceará com os cursos de: Letras Neolatina, Letras Anglo-Germânicas, História e Pedagogia. Possivelmente a fundação e o início do funcionamento da Faculdade de

Filosofia tornou-se um marco, pelo menos no imaginário das pessoas que dela compartilhavam, como demonstra os Anais da referida faculdade de 1959-1960.

Desde que a Faculdade de Filosofia emergiu, dentro dos quadros do Instituto de Ensino Superior do Cariri, que tem servido de incentivo constante à criação de outras faculdades, não só em Crato, como noutros pontos do Estado, assim demonstrando, mais uma vez, o perene espírito de pioneirismo de nossa terra em todos os sentidos.²⁴

Deduz-se que havia uma grande expectativa em torno do impacto que o funcionamento da faculdade geraria na região do Cariri, bem como sobre as influências que tal façanha ocasionaria em outras regiões do Ceará, apontando para o “pioneirismo”, como deixa transparecer o escrito acima.

No dia 15 de maio de 1960, o Reitor da Universidade do Ceará proferiu, em uma aula de Sapiência da Faculdade de Filosofia do Crato, uma análise sobre o contexto educacional cearense, expondo à problemática da disparidade entre a expansão do ensino secundário e ao número de professores qualificados para essa área. Seria essa a principal razão por qual a Universidade do Ceará preocupava-se com a interiorização do ensino superior. E assim sendo, manifesta Martins Filho: “A Faculdade de Filosofia não é, portanto, simples inspiração de momento, nem constitui iniciativa isolada que fuja a um plano orgânico e disciplinado”²⁵.

A FFC que ali surgia, teria a sua frente o professor José Newton. A escolha por esse nome também tivera a participação direta de Martins Filho (1994, p.195). Previamente sugerido pelo Instituto de Ensino Superior do Cariri, o Reitor da UC viu com bom grado. Referindo-se a José Newton, o supracitado autor adjectiva: “[...] cratense dos mais ilustres, amigo incondicional de sua terra e de sua e de sua gente”. Para concretizar tal propósito, Martins Filho lhe deu “o cargo de Técnico de Educação da Universidade do Ceará, sendo a seguir designado para dirigir a Faculdade do Crato, mediante a solicitação do Instituto de Ensino Superior do Cariri”.

Assim começa a ganhar corpo o projeto de ensino superior na cidade. Uma combinação de aspectos gerais e regionais que iriam inspirar na história do Crato, uma faceta educacional que seria evocada não apenas pelos agentes imersos no processo. Ambiente fecundo para os desejos de Saber e legitimação dos Quereres.

²⁴ Ibidem, 1962, p.10

²⁵ Idem, op. cit, p.28.

3.2 Caracterização da Faculdade de Filosofia do Crato

Formar professores tornou-se uma tônica no Brasil desde a expansão do ensino secundário. Por outro lado, desde a separação oficial entre a Igreja e o Estado, com a Proclamação da República, se viu uma expansão da atuação da Igreja no campo educacional e, em instituições intelectuais. As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela efervescência dos debates sobre os sistemas educacionais, ao qual era remetidas ideias educacionais laicas e confessionais.

A reforma Francisco Campos, de 1931, pode ser apontada com um impulsor dessas disputas, pois representa a tentativa governamental de consolidar um sistema de ensino nacional. Entre as mudanças, destaca-se a organicidade que é dada ao ensino secundário. Acompanhado pelo aumento da procura e de estabelecimentos desta modalidade de ensino. A junção desses fatores ocasionou o aumento na demanda de professores secundários. Algumas medidas foram tomadas para tornar esses docentes estáveis e em um contingente que pudesse atender a demanda, entre as medidas estavam a regulamentação trabalhista e a criação das Faculdades de Filosofia.

Ainda na referida reforma, foi promulgado decretos sobre o ensino superior, constituindo-se o sistema universitário. Em Romanelli (1979, p.p.132-133) destaca-se, a Universidade de São Paulo em 1934. Organizada por um grupo de intelectuais, a USP trazia em sua constituição a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, “segundo Fernando de Azevedo, passou a ser a medula do sistema, tendo por objetivos a formação de professores para o magistério secundário e a realização de altos estudos desinteressados e a pesquisa”.

Em meio à estruturação das universidades no Brasil, a Igreja católica também começa a atuar no ensino superior, com a formação da elite intelectual brasileira. Em 1946, o governo reconhece o grupo de faculdades católicas²⁶. Segundo Casali (1995, p.94) as investidas na formação de intelectuais católicos ganham força quando “as universidades existentes não somente suprimiram a Igreja e sua doutrina, eliminando as cadeiras de ciências religiosas, mas passaram a oferecer um ensino mais hostil a essa doutrina, descartando o espiritualismo cristão”.

²⁶ Essas instituições foram resultado dos trabalhos da Ação Católica Brasileira, principalmente dos que se congregavam no Centro Dom Vidal, criado em 1922. Posteriormente seria criada a Associação dos Universitários Católicos, no ano de 1929. Por toda a década de 1930, constituíram vários institutos de ensino superior por todo país.

Feitas tais considerações, partir-se-á para o entendimento das práticas construídas no entorno da FFC., tendo em vista que estas, emergem em um contexto educacional de posições ideológicas explicitamente adversas atrelada a uma demanda mercadológica de professores secundaristas. Como visto na discussão sobre a articulação pela construção da FFC., assim como por todo o corpo desse trabalho, os agentes idealizadores buscavam impulsionar uma elevação intelectual e cultural da cidade.

No Regimento da Faculdade de Filosofia do Crato, transparece uma preocupação com o fomento cultural da região, como se pode observar:

- D) – Formar trabalhadores intelectuais para o magistério, orientação e administração de escolas e sistemas escolares;
 - II) – Preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
 - III) – Realizar pesquisas e trabalhos que concorram para o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística;
 - IV) – Promover o estudo da cultura regional;
 - V) – Desempenhar, enfim, o papel de centro de investigação e de ensino que procure conciliar o espírito de especialização e regionalização com a visão universal e humana dos problemas sociais.
- Parágrafo único – A Faculdade se articulará com as unidades escolares do Estado, do País e do Exterior e com as instituições de pesquisa e de aprofundamento científico, no sentido de colaboração cultural necessária à plena realização dos seus objetivos (Faculdade de Filosofia do Crato – FFC. ANAIS, TOMO I, 1962, p.63).

Esperava-se que a faculdade possibilitasse o surgimento de um novo perfil profissional na região do Cariri, preocupando-se com a profissionalização dos professores aliando o ensino, a pesquisa, atividades técnicas-administrativas congregando ainda a produção intelectual local. Ressalta-se ainda a demarcação e legitimação do Saber, visto que com exceção do item I, todos ou outros fazem alusão a produções de conhecimentos, principalmente os de cunho regional.

Na formulação da Faculdade de Filosofia do Crato estavam vários membros do Instituto Cultural do Cariri – ICC²⁷. Edificou-se nesta referida cidade uma vasta produção intelectual que tinham como intenção construir uma produção sobre a cidade do Crato dentro de uma tradição heróica e letrada. Ao analisar a produção historiografia do ICC, Viana (2011, p.27) aponta que os sujeitos desta instituição “[...] comungavam de um mesmo horizonte de ideias e pensamentos, [...] acreditavam que a história do Crato era exemplo de virtudes morais, cívicas e culturais”. Ainda sobre a produção de saber local, o supracitado autor

²⁷ O Instituto Cultural do Cariri foi fundado em 1953 por um grupo de intelectuais locais, alguns se tornariam professores da Faculdade de Filosofia do Crato, tendo com objetivo promover produções intelectuais locais.

conclui que “[...] se tentou criar uma identidade local com base num passado glorioso. Identidade essa que foi alimentada pela produção de conhecimento sobre esse passado; logo, pela produção de histórias” (2011, p.171).

Comungando com a interpretação de Viana, o destaque para a construção de saber ganha sentido. Destaca-se que a FFC, também tivera o seu espaço dentro dessa construção de sentidos. Contudo se guardará esse debate para o próximo tópico, preocupando-se nesse momento com a forma como a IES foi operacionada.

No Decreto Presidencial nº 48.131, de 20 de abril de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek autoriza o funcionamento dos cursos de Letras Anglo-Gêrmanica, Letras Neo-Latinas, História e Pedagogia. Como demonstra o Regimento, os cursos eram organizados por blocos de disciplinas onde no final o aluno adquiria um diploma de licenciatura ou bacharelado.

Ainda no Regimento, encontra-se o currículo dos cursos, os quais demonstram a amplitude de conhecimentos, com duração mínima de dois anos para habilitar-se para o magistério. A oferta de disciplinas estavam organizadas por departamentos, a saber:

DEPARTAMENTO	DISCIPLINAS
Fisiologia	Fisiologia História da Filosofia Psicologia
Matemática	Complementos de Matemática Análise Matemática e Analise Superior Geometria Mecânica Racional e Celeste Física Matemática e Superior Física Geral e Experimental Física Teórica
Química	Química Geral e Inorgânica e Química Analítica Química Orgânica e Química Biológica Físico-Química
História Natural	Biologia Geral e Educacional Zoologia Botânica Geologia e Paleontologia

	Mineralogia e Petrografia
Geografia e História	Geografia Física e Geográfica Regional Geografia Humana Geografia do Brasil Geografia Matemática História Antiga e Medieval História Moderna e Contemporânea História da América História do Brasil História do Ceará e do Cariri
Ciências Sociais	Sociologia Geral e Educação Antropologia e Etnologia Política Economia Política e História das Doutrinas Econômicas Etnologia do Brasil e Língua Tupi
Língua e Literatura	Língua e Literatura Latina Língua e Literatura Grega Língua Portuguesa Literatura Portuguesa Literatura Brasileira Filologia e Lingüística Língua e Literatura Francesa Língua e Literatura Italiana Língua e Literatura Espanhola Literatura Hispano-Americana Língua e Literatura Inglesa Literatura Norte-Americana Língua e Literatura Alemã
Educação	Psicologia Educacional História e Filosofia da Educação Estatística Geral e Educacional Administração Escolar e Educação Comparada Didática Geral e Especial

Tabela 01: Departamentos e oferta de disciplinas da FFC.

A primeira turma que colou grau pela FFC., em dezembro de 1962, obtiveram o título de Bacharel. É datado no dia 31 de dezembro do mesmo ano um requerimento do diretor da Faculdade, prof. José Newton Alves, endereçada ao presidente do Conselho Federal de Educação, Deolino Couto. O referido documento solicitava a autorização do curso de Didática no ano seguinte. A justificativa ganha destaque quando ele diz que a população caririense:

[...] reclama, de modo imediato, a formação de professôres para o ensino de grau médio. No Cariri, o número de ginásios, escolas técnicas de comércios, escolas normais, tendo aumentado desproporcionalmente ao de professôres credenciados, impõe a necessidade de licenciados por Faculdades de Filosofia, problema cuja solução está na competência específica desta Escola, como estabelecimento a isto destinado.²⁸

O curso de Didática seria incorporado com as seguintes disciplinas: Didática Geral; Didática especial de complementos de matemática; Didática especial de história; Didática especial de línguas; administração escolar; sociologia; psicologia educacional e fundamentos biológicos da educação.

É firmado ainda um contrato com o Ginásio e Escola Normal Rural Madre Ana Couto. Instituição igualmente pertencente à Diocese do Crato. O seu conteúdo pode ser visto a seguir:

²⁸ O citado documento encontra-se na íntegra em anexo.

CONVÊNIO que entre si fazem o GINÁSIO E A ESCOLA NORMAL RURAL MADRE/ ANA COUTO e a FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO.

Pelo presente instrumento fica, na data de hoje, estabelecido o seguinte:

- 1º - O GINÁSIO E ESCOLA NORMAL RURAL MADRE ANA COUTO, com sede e fôro na cidade do Crato, Estado do Ceará, ficam anexados à FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO, como estabelecimentos de aplicação;
- 2º - A FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO assume a responsabilidade didática dos ditos estabelecimentos, procurando dotá-los do que for necessário para o seu bom funcionamento;
- 3º - A responsabilidade administrativa a que se refere o item 2º deste convênio não exclui a colaboração da entidade mantenedora do GINÁSIO E ESCOLA NORMAL RURAL MADRE ANA COUTO, que é a Diocese do Crato;
- 4º - O atual corpo docente do GINÁSIO e da ESCOLA NORMAL RURAL MADRE ANA COUTO será conservado na medida do que tecnicamente a FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO achar razoável;
- 5º - O GINÁSIO E ESCOLA NORMAL RURAL MADRE ANA COUTO / conservarão o caráter de estabelecimentos gratuitos;
- 6º - A direção técnica do GINÁSIO e da ESCOLA NORMAL / RURAL MADRE ANA COUTO caberá à FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO e a educacional à Entidade mantenedora;
- 7º - O presente CONVÊNIO abrangerá um triênio, podendo ser renovado.
- 8º - Os pontos aqui não explicitados serão resolvidos / de comum acôrdo com a FACULDADE DE FILOSOFIA DO

Figura 3 - Convênio da FFC e Escola Normal Rural Madre Ana Couto

Dessa forma a FFC. toma para si a direção “didática” da Escola Madre Ana Couto, a qual passaria a ser uma Escola de Aplicação, portanto um espaço de intervenção e ação da Faculdade no que concerne ao magistério. O convênio foi assinado no dia 30 de dezembro de 1962, pela Madre Maria Carmelita Feitosa, diretora da Escola Normal Rural Madre Ana Couto; pelo professor José Newton Alves de Sousa, diretor da Faculdade de Filosofia do Crato. Tendo o aval do Bispo Diocesano do Crato, Dom Vicente de Paulo de Araújo Matos e como testemunhas, as professoras Maria Irene Esmeraldo Cabral e Ana Arraes de Alencar.

Este estudo limita-se a entender a organicidade da Faculdade de Filosofia do Crato nos seus primeiros anos de funcionamento. Em estudos posteriores pretende-se afunilar para a influência e interferência da FFC nas instituições de educação da região do Cariri. Assim voltar-se-á para a constituição interna da faculdade.

Logo após a aprovação de funcionamento, pelo Conselho Federal de Educação, deu-se início ao processo seletivo. As inscrições foram abertas no período de 20 a 29 de abril, a realização da prova aconteceu entre os dias 02 e 05 de maio; o período de matrícula nos dias 06 e 07 e início das aulas dia 09 de maio de 1960, com extensas atividades, a fim de regularizar o calendário acadêmico. O processo contou com a inscrição de trinta e dois candidatos, todavia, foram aprovados apenas dezenove. Esse fato é lembrado no discurso do diretor da Faculdade de Filosofia do Crato, como uma demonstração de que “[...] pretende fazer da qualidade e do merecimento o seu critério e a sua bandeira” (Faculdade de Filosofia do Crato – FFC. ANAIS, TOMO I, 1962, p.34). Esse aspecto demonstra que, pelo menos de início, a FFC não tem o intuito de inclusão, numa perspectiva numérica de alunos. Abaixo se ver a caracterização desses aprovados.

Curso	Nº de candidatos aprovados	Sexo	
		Feminino	Masculino
Pedagogia	07	05	02
História	04	03	01
Letras Anglo-Germânica	03	01	02
Letras Neolatinas	05	03	02

Tabela 02 – sobre a primeira seleção da Faculdade de Filosofia do Crato.

Observa-se que dos dezenove aprovados, doze eram mulheres. Essa constatação ganha importância se considerarmos que os espaços emergentes era eminentemente masculino. Como visto no ponto anterior, as articulações sócio-políticas pró-FFC, contou com a participação de políticos e intelectuais do sexo masculino. Portanto, o número de mulheres aprovadas naquela seleção pode ser tomado como uma inclusão das ações femininas na conjuntura histórica em que se estabelecia o ensino superior no cariri cearense.

As mulheres se fizeram presentes também na constituição do quadro docente da FFC., contudo a proporcionalidade se inverte. No “Esboço Histórico da Faculdade de Filosofia do Crato”, localizado no já citado ANAIS, TOMO I, da Faculdade de Filosofia do Crato (1962, p.13), é apresentado o quadro docente para a primeira série dos cursos autorizados. Os dezesseis listados, apenas duas eram mulheres, a professoras Maria Ruth Alves de Sousa, licenciada e ministrante da disciplina Psicologia Educacional. A outra professora, também licenciada, era a senhora Maria dos Remédios de Moura Leal, professora de Língua e Literatura Espanhola. Nos anos posteriores houve um aumento no número de professores, sobretudo no curso de Pedagogia.

Administrativamente, a Faculdade de Filosofia do Crato organizou-se em três órgãos: Diretoria; Conselho Departamental; Congregação.

Ao diretor cabia a gerência técnica e administrativa da Faculdade, sua escolha deveria acontecer pelo conselho do Instituto de Ensino Superior do Cariri, a partir de uma lista tríplice composta por professores catedráticos indicados pela Congregação. O mandato seria de três anos, podendo ser renovado. O Conselho Departamental, órgão consultivo e deliberativo dos assuntos de sua competência, constituía-se pelos chefes de Departamento, e presidido pelo Diretor da faculdade. O presidente do diretório acadêmico poderia participar das reuniões apenas quando o assunto fosse de interesse dos discentes. Por fim vinha a Congregação, órgão superior de direção da Faculdade, constituída pelos professores catedráticos no exercício de suas funções, um representante dos docentes-livres, eleito em reunião, ficando na função por um triênio.

O corpo docente da FFC era constituído por professores Catedráticos, auxiliares de ensino, docentes-livres e professores contratados. Os professores catedráticos, segundo o regimento, deveriam ser nomeados pelo Presidente do Conselho Executivo do Instituto de Ensino Superior do Cariri e escolhidos por provas e concursos de títulos. Poderiam concorrer os professores fundadores, os docentes-livres e os professores catedráticos de outras IES. Dessa forma tentava-se garantir a perpetuação do grupo fundador, já que o regimento chega a

estabelecer que o edital de seleção devesse ser publicado as vésperas da abertura de inscrição, onde o candidato apresentaria:

I – diploma profissional ou científico do instituto onde se ministra ensino da disciplina a cujo concurso se propõe, devidamente registrado na D.E. Su. Ou nos órgão que antecederam do Ministério da Educação e Cultura, além de outros títulos complementares que possua.

II – Prova de ter sido diplomado pelo menos cinco (5) anos antes;

III – Oferecer 100 (cem) exemplares impressos de tese sobre assunto de livre escolha, da matéria em concurso;

IV- Provar que é brasileiro nato ou naturalizado;

V – apresentar prova de sanidade e idoneidade moral;

VI – apresentar documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido e que se relacione com a disciplina do concurso.²⁹

Requerida a inscrição, passava-se para o Departamento da disciplina a fim de avaliar se o candidato satisfazia as exigências. Após homologação dos inscritos, o Departamento escolhia os três professores catedráticos que iriam compor a “Comissão Julgadora do Concurso”. O processo seletivo dividia-se em três fases: prova escrita, defesa de tese e prova didática, todas de caráter eliminatório e classificatório.

Ao professor catedrático, além de desempenhar suas funções de ensino, deveria destinar, semanalmente, uma hora de suas atividades para atender na FFC a consulta de estudantes, desenvolvendo a atividade de orientação e pesquisa. Destaca-se que para o cargo de Diretor da faculdade, só essa categoria poderia ser nomeada.

O ingresso dos professores auxiliares dava-se pela indicação de um professor catedrático, quando autorizada pelo diretor da FFC. Após dois anos da sua nomeação, o auxiliar deveria submeter-se a concurso para docência-livre, sob pena de perder automaticamente o cargo. O título de docente-livre era concedido mediante concurso similar ao de professor catedrático. Essa categoria de professor deveria ampliar a capacidade didática da Faculdade, tendo a liberdade de ministrar disciplinas e cursos além das regulares, desde que autorizadas pelo departamento.

Ver-se uma divisão categórica dos docentes da FFC, mais também uma preocupação com a produção. O regimento expõe em seu art. 130 a punição aos que não cumprissem suas atividades. Ele prever que de cinco em cinco anos, seria montada uma comissão de professores catedráticos que excluiriam do quadro-docente aqueles que não houvessem exercido com eficiência as atividades de ensino e pesquisa. No que tange a pesquisa, essa

²⁹ Regimento da Faculdade de Filosofia do Crato, 1960.

preocupação com a produção docente é vista no volume de publicações, as quais se verão no tópico seguinte.

O ano letivo dividia-se em dois períodos, onde a carga-horária máxima era de vinte e quatro horas semanais, com presença mínima de dois terços das aulas ministradas. A metodologia das aulas ficava a cargo dos professores, contudo havia uma orientação regimentar para que os professores planejassem aulas teóricas e práticas, desenvolvendo trabalhos de pesquisa e seminários. O sistema avaliativo da FFC era orientado pelos trabalhos de estágio, provas parciais e uma final. Nota-se uma rigorosidade quanto a avaliação, pois, sua aplicabilidade, segundo o regimento, deveriam ser os alunos, divididos em turmas, as quais se fixariam os horários de realização dos exames.

As provas tinham duração máxima de duas horas e os alunos que não estavam quites com o pagamento das taxas escolares e mensalidades cobradas pela Faculdade, não poderiam ser submetidos às avaliações. Eram considerados aprovados na disciplina e, portanto dispensado da respectiva prova final, os alunos que alcançassem média igual ou superior a sete.

O TOMO III dos Anais da Faculdade de Filosofia do Crato de 1962, descreve o acervo da biblioteca e sua utilização:

- Número de volumes atualmente existente: ..	3.197
Número de volumes incorporados em 1962:	
Obras Gerais:	22
Filosofia:	34
Religião:	39
Ciências Sociais:	140
Filologia:	62
Ciências Puras:	40
Ciências Aplicadas:	15
Literatura:	275
História e Geografia:	169
Total:	1.850
- Número total de leitores	1.850
- Média mensal de leitores	168

Ver-se que no primeiro triênio, a FFC já havia adquirido um acervo considerável, com destaque maior para obras da área de Ciências Humanas. Tendo em vista que a instituição pertencia a Diocese do Crato, deduz-se que uma das preocupações e por que não desafio da faculdade fosse empreender um projeto pedagógico pautado no ensino e pesquisa, como se observou no regimento, sem com isso afastar-se da doutrina cristã.

A mistura da razão e fé pode ser identificada na consolidação da FFC, pois possuía no seu quadro docente, técnico administrativo, assim como de discentes, um número expressivo de clérigos. A Igreja se fazia presente não apenas pelos seus representantes, mais também nas suas ações. O art. 29 do Regimento previa que todos os alunos, independente da área, deveriam cursar as disciplinas de Introdução à Filosofia e outra de Cultura Religiosa.

Essa tênue relação de ensino e construção de saber é descrita com maestria pelo padre e professor Rubens Gondim, na cerimônia de formatura da primeira turma de Bacharelados, em dezembro de 1961. Para ele:

E neste vôo sublime aos alcantis da sabedoria equilibrada [...] emerge, soberana entre as demais, a Faculdade de Filosofia. Porque a fim de ter conhecimento das coisas ordinárias e praticar a dúvida e a pesquisa nas demais, importa assenhorear-se de verdade ciência comparada, o que não pode dar-se senão no conjunto das ciências especializadas, à luz da Filosofia Geral e da Teologia. [...] o conjunto das ciências não se basta sem a rainha das ciências: a Filosofia; nem o conjunto dos conhecimentos humanos, sem a sabedoria da ciência divina: a Teologia.³⁰

A concepção de saber é posta como uma busca de harmonia e hierarquia da ciência. Esta deveria ser então a encíclica das universidades católicas, e assim “soberana entre as demais”. Devendo combater, ou pelo menos ignorar, as tendências científicas que fugissem da verdade católica. Desta forma a missão da FFC, para além da formação de professores, era a de formar sujeitos dentro da doutrina cristã. A formação intelectual correta e, portanto, a elevação cultural, seria na verdade uma aproximação com a doutrina cristã.

Nessa busca de entendimentos, tentando versar sobre a operacionalidade da FFC, atentou-se especialmente para os aspectos da cultura educacional imposta nos primeiros anos de funcionamento. Encontra-se uma busca de alicerçar a faculdade dentro dos preceitos de Universidade e Cientificidade, contudo, revestida por intenso ideário cristão.

³⁰ Anais da Faculdade de Filosofia, Tomo III, 1962, p. 34.

3.3 Produções e representações intelectuais sobre a F.F.C.

A Faculdade de Filosofia do Crato se consolida dentro dos marcos de modernização. Em âmbito nacional se via, no pós-1930, uma efervescência de ideias política e sócio-cultural. No que compete a educação, vivia-se a consolidação de um sistema nacional de educação, marcado pelas disputas das concepções laica e confessional. Concomitante são as mudanças no Crato, pois, como observou anteriormente, a cidade tomava ares progressistas.

A criação de uma instituição de ensino superior no interior do Ceará, não passaria despercebida pelos agentes do progresso e da Igreja. Talvez a maior representatividade do lugar simbólico que a FFC ganhou nos discursos sobre a cidade e, sobre o espírito modernizante do período de sua fundação, estavam nas colocações do seu primeiro Diretor, o professor José Newton Alves de Sousa.

Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade da Bahia, José Newton mostrou-se eficiente a frente a FFC, desenvolvendo além das atividades administrativas, a docência e também a produção acadêmica, como se pode observar no currículo em anexo, na página 98. No seu discurso de posse, o professor transparece sua empolgação, acreditando que aquele momento fosse um marco para o ensino superior cearense. Para a região ele diz: “A hora do Cariri chegou. E chegou marcada pela dupla energia que vai redimir-nos: a dos cabos de Paulo Afonso, na ordem econômica, e a do ensino superior, plano do espírito”.³¹

À hora do Cariri chegara também pelas ações da Diocese do Crato, pois a Igreja Católica mais uma vez impulsionava esse desejado progresso, já que anteriormente aquele povo teria presenciado outro feito: “[...] marcante e decisivo na sua história e nos seus destinos quando a intrepidez ativa de um Bispo assentou sobre o monte o Seminário São José a dominar, qual farol iluminado, os horizontes de um povo chamado à vanguarda do progresso”³².

Dessa forma acreditava que a existência de tal instituição se fazia necessária para que a população caririense pudesse acompanhar o progresso econômico que chegava a região. A FFC seria o caminho para elevar culturalmente a região, pois possibilitaria a sistematização de produções culturais mais também a escassez de professores já que, como bem descreve o professor, a faculdade “surge numa fase caracterizada pela multiplicação, em todo sul do Estado, de educandários de grau médio”. Na continuação é destacado um relevante elemento, segundo Newton, as pessoas do interior que iam a capital cursar o ensino superior,

³¹ Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO I, 1959-1960, p.33.

³² Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO III, 1962, p.p.37-38.

difícilmente retornavam para sua cidade, assim a FFC resolveria esse problema, que para ele a “solução se vinculam outras, de natureza cultural e técnico-científica”. Como se nota, há uma forte preocupação com a emigração dos sujeitos letrados, por ele chamados de “elementos intelectuais úteis”.³³

A preocupação com a fixação de intelectuais no Cariri e, com a fomentação de produções acadêmicas regionais, é elucidada quando se percebe a ligação entre a FFC e o ICC. Para Viana (2011, p.167), o campo de influência do Instituto Cultural do Cariri sobre a FFC para o supracitado autor, é percebido no fato da escolha pelo diretor da faculdade ter sido por indicação do ICC. Em consonância, Cortez (2000, p.124) afirma que “a historiografia do Cariri confunde-se com a própria história do I.C.C.”, para a historiadora, os intelectuais fundadores do Instituto Cultural, procuraram estabelecer relações com várias instituições, “[...] especialmente com a Faculdade de Filosofia do Crato, somando esforços numa política de pesquisa com a finalidade de produzir-se a história do Cariri e, particularmente do Crato”.

Dois anos após o seu discurso inicial, o diretor da FFC, faria outra fala acalorada, na oportunidade da sessão solene comemorativa do 2º aniversário de instalação da FFC, em 15 de maio de 1962. Na ocasião, mais uma vez o professor José Newton expõe o papel da instituição na região do Cariri, para isso busca nas “raízes históricas” da região, ou melhor, da cidade do Crato, o porquê na missão educacional.

A missão aqui desempenhada pelo antigo Seminário Maior da Diocese, no que tange à formação de elites culturais altamente qualificadas, somente agora, com o Instituto Cultural e com as Faculdades, foi retomada, em correspondência com as nossas necessidades.

No caso particular da Faculdade de Filosofia, porém, alguma coisa está sendo feita, em favor de nossa cultura, como em nenhum outro tempo ou setor fôra aqui verificado.³⁴

Tem-se, pois, na fala do José Newton, alusão a uma natural tradição intelectual, a qual competia a FFC dar a devida continuidade a essa formação. Ou seja, a função social da instituição estava, pelo menos na fala daquele professor, para além da formação de professores. A Faculdade de Filosofia precisava ser produtora e propulsora da cultura caririense. Na mesma oportunidade o Diretor da FFC profere: “Cabe à Faculdade de Filosofia redescobrir nosso passado histórico, revelar nossa legítima vocação intelectual, renovar e fortalecer nossa pedagogia”³⁵.

³³ Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO I, 1959-1960, p.35.

³⁴ Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO III, 1962, p.61.

³⁵ Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO III, 1962, p.63.

Certamente o fomento desse saber regional não deveria distanciar-se da tradição cristã, outra característica eminentemente caririense. Na verdade, a doutrina da Igreja Católica seria na verdade inseparável do saber acadêmico. Pois a FFC “nasceu e cresce sob a luz da Fé e da Ciência. Todo o seu sentido existencial é adornado por essa dupla luz cujos elementos são indissociáveis, tôda vez que tem em vista a plenitude da verdade cultural”³⁶.

Identifica-se a busca por um equilíbrio entre a fé e a ciência, regional e global. A FFC deveria projetar-se pela região como construtora de professores e homens cultos, mais na sua atuação não deveria colocar-se como criador, devendo ser um portador de sua temporalidade, uma parte que se insere no todo, assim limitando-se apenas as questões pertencentes ao homem cristão.

Nas várias falas analisadas, recorrente é, a ideia de construção de saber que se limita a condição própria do homem, segundo os preceitos cristãos. A cultura, adquirida historicamente, ganha status de propulsora do desenvolvimento humano, que precisa ser internalizada como um espírito sublime e transcendental pelos homens cultos.

Destaca a aclamação do diretor da Faculdade no seu discurso na solenidade de formação da primeira turma de bacharel em nove de dezembro de 1961, quando ele diz:

[...] o homem culto é capaz de consagrar tôda uma vida ao estudo das formigas, ou dos astros, ou das pedras, ou dos anjos, sem perder o bom senso, nem o senso da bondade, da mesma forma que, habitando a modéstia de um Cariri remoto, e dando tudo que lhe foi, é ou seja possível dá, experimenta aquela inteireza de ser que experimentaria se operasse no cenário da mundialidade para o registro da história universal³⁷.

Essa equidade, entre o terrestre e o celestial, deveria fazer-se presente na vida estudantil da FFC, afinal, essa era a missão da Igreja Católica no campo educacional. É lúcido dizer que, para aqueles sujeitos que compartilhavam dos mesmos pensamentos, seria essa a razão do encontro entre o catolicismo e o ensino superior. Acreditava-se que o saciamento da sabedoria humana comungava com a sabedoria divina, pois a visão católica de mundo deveria ser o caminho para o progresso.

Para tanto, se fazia necessário um controle e uma rigorosidade na instituição. Esse disciplinamento da instituição é especialmente percebido na comemoração do 4º aniversário de instalação da FFC, em 15 de maio de 1964. Para José Newton, a rigorosidade com que a faculdade vinha sendo construída, chegava a ser um código de ética da instituição, onde a

³⁶ Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO III, 1962, p.63.

³⁷ Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO III, 1962, p.52.

“convivência hierárquica de diretores, mestres e alunos”, resultariam numa marcante organização institucional, que a tornaria diferente e inconfundível. Essa rigidez institucional se fazia necessária. Na sua exposição, é nítida mais uma vez, o lugar social que a FFC ocupava naquele contexto histórico, sendo utilizada também para legitimar a disciplina, como se pode ver:

O fato de a nossa Faculdade se encontrar plantada no Cariri, e carregar consigo a glória do pioneirismo histórico, lhe assegura uma situação invejável, no que tange às possibilidades de ser ‘diferente’.

[...]Alguns dos que, no ano passado, aqui concluíram a Licenciatura, permanecem integrados em nosso convívio, colaborando, eficientemente, no magistério. São frutos do bom estudo, que nossa Faculdade está a produzir.³⁸

O desejado êxito na formação de professores e intelectuais estava imbricado na rigidez com que a faculdade vinha sendo gerida. Esse disciplinamento não se limitava aos comportamentos dos sujeitos imersos na faculdade, devendo essa última levar a “verdadeira” luz do saber, para que os estudantes não caíssem na “[...] amaritude trágica das frustrações interiores”, como coloca o professor José Nilton, no já citado discurso de colação de grau da primeira turma de bacharéis em dezembro de 1961. Teria assim o cuidado de não permitir tais desvios, a “Faculdade de Filosofia do Crato uma obra que veio a seu tempo, para onde ela reclamava [...] Ela veio *eleva, renovar, formar e equilibrar*.”³⁹

A faculdade representava a oportunidade de “elear” o nível escolar da região, possibilitando o surgimento de docentes secundários formados, que encontravam na região uma ampliação da rede escolar secundária. Até a fundação da FFC, a ausência de professores qualificados para o ensino secundário era solucionada pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. O CADES, programa nacional promovido pelo MEC, buscava capacitar professores para o nível secundário em curto prazo. Nesse sentido, a FFC proporcionaria para o Cariri a “renovação” das práticas educacionais da região.

Para além da renovação nas práticas docentes, a instituição possibilitava “formar” o que recorrentemente o Diretor da FFC chamou de homem Culto. Empenhava-se em criar uma atmosfera pautada no intelecto, preocupando-se em estruturar sua biblioteca e oferecer momentos acadêmicos como ciclos de debates.

Compartilhando do espírito desenvolvimentista, no qual se buscava o estabelecimento de regras e condutas sociais, a Faculdade de Filosofia teria a função de

³⁸ Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO V, 1964, p.67.

³⁹ Faculdade de Filosofia do Crato. Anais, TOMO III, 1962, p.43.

“equilibrar” as relações sociais, onde os valores morais não estariam em detrimento aos econômicos. Intui-se que no entendimento de progresso, se fazia necessário a manutenção ou instalação de um modelo de ser social.

Identifica-se em todas as falas do Professor José Newton, o lugar singular que a Faculdade de Filosofia do Crato ocupou na tradição educacional da cidade, e porque não da região. O brilhantismo pautava-se no espírito do município em que a instituição estava posta, seguia a corrente histórica de pioneirismo, atrelada ao Crato. Essa suposição é elucidada quando se joga luz sobre o discurso do Diretor da FFC, na celebração comemorativa do bicentenário do Município do Crato.

Direcionando sua fala a Castelo Branco, José Newton é categórico ao dizer: “O município do Crato, Excelentíssimo Senhor Presidente, e demais Exmas. Autoridades, tem uma história pontilhada de lutas, heróicas não raro”. Essa característica é justificada pelo empenho dos filhos daquela terra, chegando a servir de exemplo para além do Cariri, pois, continua o professor, os “ansios de prosperidade e seus ousios pioneiros o tem colocado em posição de merecido destaque, entre outros municípios do Nordeste”.⁴⁰

Mais uma vez, é evocado o problema da emigração dos que buscavam nos grandes centros urbanos levar a frente seus estudos e, raramente voltavam a residir na sua terra natal. Esse seria o papel da interiorização do ensino superior, garantir a permanência de intelectuais na cidade. Para ele:

A implantação do Ensino Superior no Cariri, que permitisse formar e fixar no próprio meio um escol pensante e atuante, impunha-se como de reconhecida necessidade. [...] dão o tom, por assim dizer civilizado, às localidades que progridem.

Pôde, assim, êste município, partindo da incipiente catequese franciscana, que o batizou, chegar ao ponto atual, e festejar seus duzentos anos de ascensão e prosperidade.⁴¹

Se expressa na fala destacada, a gênese da relação entre a suposta tradição cratense, o catolicismo e a educação. A confluência que constrói sentido, e que garante a legitimidade de ser e estar da faculdade no município do Crato. Certamente essa percepção, socialmente construída, foi propagada não apenas nas colocações do primeiro diretor, professor José Newton, é percebida nas colocações de outros sujeitos, na própria estruturação da FFC e nas produções que lhes foram construídas, em especial a Revista Hyhyté.

⁴⁰ Caderno do Cariri. Série Cultura Política. Discursos no Bicentenário do Município do Crato, 1965, p.45.

⁴¹ Caderno do Cariri. Série Cultura Política. Discursos no Bicentenário do Município do Crato, 1965, p.45.

A aula inaugural da FFC aconteceu no dia 15 de março de 1960, proferida pelo Reitor da Universidade do Ceará, professor Martins Filho. Na oportunidade, é exposta a problemática da educação cearense e seus planos de interiorização do ensino superior, como visto anteriormente. Contudo, interessa-se aqui, observar as nuances do contexto histórico presentes na sua fala.

O Reitor da Universidade do Ceará, define o início das atividades da FFC como um marco histórico, não somente para a cidade, mais para a história da educação. Um momento de ruptura, que se demonstra através dos números, mais também pela elevação cultural da cidade. A FFC proporcionaria “[...] a maturidade cultural do Crato, assentada sobre o suporte econômico desta parcela do Ceará que – como o próprio Brasil – arranca para o futuro com fé e determinação inabaláveis⁴². Entretanto, o progresso não era obra do acaso, a cidade já havia construído seus alicerces no passado. Percebe-se que, assim como José Newton, o professor Martins Filho identifica uma elevação cultural da cidade. Onde a Faculdade seria descendente do Seminário São José.

Faz-se aqui uma associação entre as duas instituições, em especial aos seus contextos de fundação, quando Martins Filho profere:

Continuidade no esforço e progressividade nas realizações, eis, numa síntese, as duas principais características do progresso desta região; e só elas bastam para vencer os receios - honestos receios, aliás – manifestado por quantos temiam que esta comunidade ainda não apresentasse condições de desenvolvimento capaz de assegurar o real funcionamento do Instituto cujas atividades ora se iniciam.⁴³

Dessa forma, remonta-se na fala de Martins Filho, para além de uma política educacional, a razão de ser a FFC uma conquista legítima de sua tradição desbravadora no campo educacional. Reflexo do “esforço” e “realização”, de uma terra que se enchia de orgulho pelo progresso ali representado na consolidação da FFC.

Nos Anais da Faculdade de Filosofia, é recorrente a transcrição de “Aulas de Sapiência” como esta do Reitor Martins Filho. Intui-se que, pelo menos de início, a direção buscou instituir uma dinamicidade na vida daquela instituição. Embora o intuito desse estudo não seja remontar o cotidiano da FFC, observa-se um esforço para imprimir uma vida acadêmica naquela instituição.

Nos relatórios de atividades dos primeiros anos de funcionamento, encontrou-se Aula de Sapiência; Convívios Universitários; Série de conferências com professores de outras IES;

⁴² Anais da Faculdade de Filosofia, Tomo I, 1960, p. 27.

⁴³ Anais da Faculdade de Filosofia, Tomo I, 1960, p.p. 27-28.

muitos foram ainda os cursos de formação, especialmente sobre Formação de Professores de Religião.

Os Anais da Faculdade de Filosofia serviram como órgão de divulgação da instituição nos seus primeiros anos. Faltava um elemento científico que também levasse a cabo tal intento. Acredita-se que a FFC buscou inserir-se no universo acadêmico nacional, em especial com outras faculdades católicas. O primeiro Tomo daqueles Anais, trás ao final, a transcrição de inúmeros telegramas que a instituição recebera de outras IES que traziam votos a instituição irmã que nascia.

Deduz-se que a criação de uma Revista possibilitaria a divulgação de seus trabalhos que alcançaria não apenas os professores e alunos, mais toda a comunidade das Faculdades Católicas. O desejo de criar um órgão divulgador, alimentada desde o surgimento da FFC, concretiza-se em 1964, ainda sobre a direção do professor José Newton. A revista circularia até 1986, quando a FFC passou pelo processo de estadualização. O seu primeiro número, com o nome de “Veritas, Revista da Faculdade de Filosofia”.

A palavra Veritas, do latim, é vista na mitologia romana como a deusa da verdade. Na cultura católica está associada à aquisição de conhecimento verdadeiro, representado na expressão bíblica “conheceres a verdade e a verdade vos libertará”. A revista adotou ainda como símbolo a coruja de Minerva, como se ver na imagem a seguir:

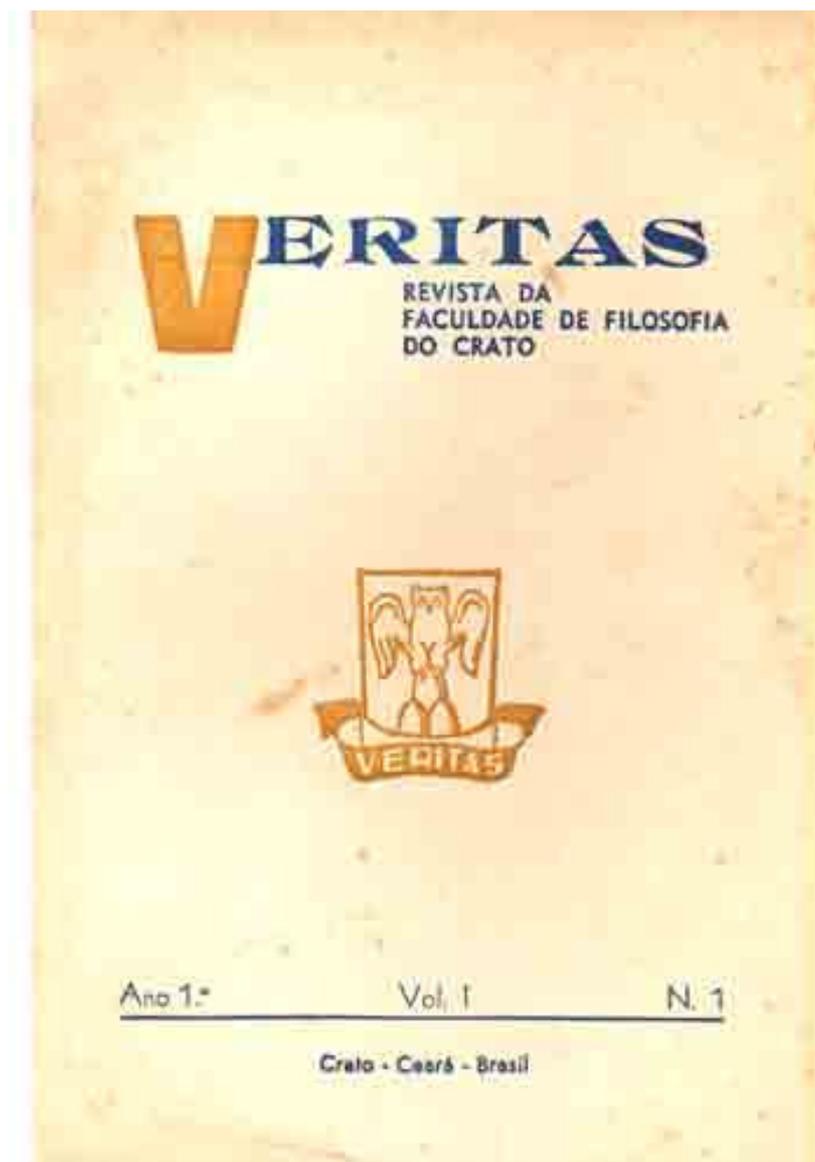


Figura 4: Capa da primeira edição da revista da Faculdade de Filosofia. Acervo da autora.

A associação entre a coruja e a veritas tornou-se o símbolo da própria instituição, um mister de verdade e a sabedoria. Essa associação de significados ganha sentidos na exposição do bispo Dom Vicente de Paula em uma aula de sapiência, ainda em 1962.

O referido bispo discorre sobre a relação entre a construção do saber, Deus, verdade e o papel social dos livros. Segundo ele Deus poderia ter dotado os homens de plena sabedoria mais preferiu dá a racionalidade para que pudessem construir o saber. Representado pela inerente vontade de buscar a verdade, o livro seria, para aquele religioso, a materialização do agrupamento de ideias sobre a realidade.

Dessa forma os livros eram classificados bons ou maus, pois, teria o poder de espalhar “a verdade ou levar a inteligência humana para os labirintos escuros do erro” Dessa

forma, a verdade em questão, seria a verdade Divina, como coloca Dom Vicente: “[...] dando-me a verdade, o livro me dá Deus, pois a verdade é Deus. Foi Cristo que disse: ‘Eu sou a Verdade’. Tudo o que existe, sem sentido panteístico, é desdobramento da verdade.”⁴⁴

Portanto, o saber construído naquela instituição não deveras ser exterior ao divino. Pois assim refletiria “[...] realmente a perfeição de Deus Onipotente e Criador, ansioso de que nossa inteligência busque e gradativamente encontre o verdadeiro, até chegar à posse da Verdade Absoluta que é Êle, causa de nossa real felicidade.”⁴⁵. Na fala de Dom Vicente transparece uma preocupação com o que seria construído nos auspícios daquela instituição, pois se Sabedoria e Verdade deveriam ser uma encíclica da FFC, esses princípios precisariam se condensar na verdadeira sabedoria, em Deus.

A revista da FFC ganha o papel de instrumento de divulgação do saber cristão nela construído, e também um espaço de força da representação da instituição, e dentro dela, da representação da cidade. Percepções ideológicas postas por aqueles sujeitos, indivíduos de poder, revestidas pela cientificidade. O otimismo pela sua implantação é descrita pelo professor J. de Figueiredo Filho, diz ele:

A Faculdade de Filosofia do Crato, dirigida com o máximo de eficiência, pelo espírito clarividente do Professor José Newton Alves de Sousa, lançou seu órgão oficial – a revista “VERITAS”. Sua repercussão, nos meios culturais do país, foi a maior possível. Nasceu vencedora, constituindo assim outra vitória retumbante da cultura cratense.⁴⁶

Mais uma vez a produção cultural, como a revista, é aluída as características da cidade, um lugar de eminência cultural. Apesar da boa receptividade, tivera que mudar o nome da revista, pois, já existia desde 1955 a Revista Veritas, pertencente a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A partir da sua segunda edição, a revista passou a chamar-se de HYHYTÉ, nome sugerido pelo historiador Figueiredo Filho. Dando-lhe agora um caráter mais regional, diz ele: “[...] Não é de origem clássica, dêsse Latim, língua mãe do Português. Agora é termo bem de casa, originário do ameríncola Kiriri, o antigo povoado dêstes rincões sul-cearenses”⁴⁷. Figueiredo Filho, responsável por vasta produção da História do Cariri, especialmente da cidade do Crato, tem nos índios Cariri a origem da bravura daquele povo. E assim sendo, continua o professor:

⁴⁴ Anais da Faculdade de Filosofia, Tomo I, 1960, p.p.39-40.

⁴⁵ Idem, op. cit., p.40.

⁴⁶ HYHYTÉ, Revista da Faculdade de Filosofia do Crato. Ano I, Vol. II, p.9.

⁴⁷ Idem, op. cit., p.9.

O novo nome da revista da Faculdade de Filosofia do Crato é igualmente homenagem ao bravo povoador da gleba, caririense, lamentavelmente destruído pela ganância dos brancos, já livres, da fiscalização e do zelo dos incansáveis defensores do ameríndio, os filhos espirituais de São Francisco, o pobrezinho de Assis⁴⁸.

Articula-se agora as características originárias do povo cratense. HYHYTÊ simbolizava o espírito guerreiro dos índios, ao mesmo tempo demarcava a presença longínqua da Igreja Católica naquelas terras. Na apresentação de todas as revistas tem-se a preocupação em explicar o significado da palavra HYHYTÊ, a saber:

[...] Os Cariris não praticavam a antropofagia nem usavam o tacape de guerra, sendo sua arma especial a prancheta de jogar, a que davam o nome de Hyhyté. Em suas guerras para a sobrevivência, o antigo selvícola Cariri usava a arma típica do arremesso, o hyhyté. Inspirado no telurismo aberto ao universal, o grupo pioneiro desta revista fundamentou sua denominação e seu programa nesses termos: hyhyté agora resurgiu, como arma também, mas noutro sentido. Não será mais arremessada contra o inimigo do Kiriri e que tentava a sua destruição. Será jogada, com decisão, contra os inimigos da verdade. Intransigentemente a defenderá e passará à ofensiva se preciso for, como o faziam nossos ancestrais do mato em épocas que já se foram, com o seu implacável hyhyté⁴⁹.

Imprime-se na revista uma arma, semelhante aos ancestrais, de defesa da verdade, difundida do pensamento científico da região, pela Faculdade de Filosofia do Crato. Parece que os princípios Sabedoria e Verdade foram de fato delineadores nas construções de ideias da HYHYTÊ.

No seu exemplar de número 6, de 1978, associando ao combate dos Índios Cariri, a revista trás em sua apresentação o seguinte texto: “[...] Já não se trata apenas de enfrentar os inimigos da verdade, mas também de levar a diante a convicção de que já não basta apenas interpretar o mundo corretamente, mas, de forma adequada, promover a sua transformação”. Se faz uma associação ao progresso da sociedade, portanto das perdas dos valores morais, caberia a verdadeira ciência guiar a sociedade, função esta canalizada para a FFC, a apresentação da revista continua: “[...] é conveniente delinear os parâmetros da configuração do novo homem e da sociedade que deve surgir no Cariri com que sonhamos”⁵⁰.

O sentimento de perda dos valores morais e a necessidade de corretas instruções educacionais, presentes nos discursos e escritas daqueles agentes da cultura, são postos naquela revista, que tinha a incumbência de fomentar elementos intelectuais para conduzir os sujeitos a um progresso que estava sempre a alvorecer. “A Hyhyté persegue sua diretriz básica

⁴⁸ Idem, op. cit., p.12.

⁴⁹ Idem, Número 10, 1984, p.2.

⁵⁰ Idem, Número 6, 1978, p.p.2-3.

e fundamental de difundir o pensamento científico para embasamento do novo quadro de referência cultural”⁵¹.

Desse modo, representando interesse de um determinado grupo social, o passado, assim como o saber, é evocado nas representações aqui apresentadas, para legitimar um contínuo presente de rupturas e justificar as ações rumo ao desejado futuro.

⁵¹ Idem, Número 7, 1980, p.2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se analisar as articulações envoltas da criação de uma instituição de ensino superior e o entrelaçamento que perpassa sua constituição e influencia a formação docente, de acordo com o contexto histórico. Certamente o estudo sobre esse objeto não se encerra nessas páginas, cabendo ainda inúmeras possibilidades de análise, principalmente no universo cotidiano FFC.

A Faculdade de Filosofia do Crato surge em um momento de expansão escolar na região do Cariri, especialmente do então ensino de segundo grau, sendo este um dos argumentos para sua criação. Possibilitar a formação docente de jovens caririenses sem a migração para grandes cidades, como Fortaleza ou Recife já que os que seguiam esse percurso raramente retornavam a cidade natal.

Essa preocupação com a formação docente para a região do Cariri é acompanhada igualmente com a atenção para a formação de pesquisadores e cientistas. Vista nesse estudo como uma inquietação compartilhada, em que se vê uma tênue definição e, ao mesmo tempo, distinção desses dois campos do saber presentes nas fontes por hora analisadas.

A Faculdade de Filosofia do Crato surgira pela articulação de intelectuais locais, em que o posto de fundadora de tal instituição coube à Diocese do Crato, inicialmente, a figura de Dom Francisco de Assis Pires, e, posteriormente, ao Dom Vicente de Paula Araújo Matos competiu os louros pela sua concretização. Esse interesse da Diocese pela construção de uma instituição de ensino superior na cidade do Crato deu-se pela influência das Faculdades Católicas no Brasil desde a década de 40 do século XX, em especial pela tradição e pelo pioneirismo no campo educacional na cidade do Crato.

Os intelectuais locais participantes dessa empreitada apresentavam influências do espírito de modernidade, em uma perspectiva progressista e urbana, na qual a educação, a moralidade e civilização pareciam ser campos de preocupação para o desenvolvimento da região. Observa-se que, em decorrência de vários agrupamentos, surgiram inúmeros trabalhos que se preocupavam em demonstrar o desenvolvimento vivido pela região ou pela cidade do Crato.

Já a Universidade do Ceará, havia interesses que iam além do fato de o Reitor Antônio Martins Filho ser filho da Terra. Em âmbito nacional, vivia-se um aumento das escolas médias, e o seu corpo docente deveria formar-se nas Faculdades de Filosofia, contudo

essa qualificação profissional não acontecia na mesma proporção, ou seja, havia uma demanda de professores habilitados para o nível secundário.

Foi possível perceber um projeto de descentralização do ensino, da qualificação docente, em um processo de interiorização no qual a Faculdade de Filosofia do Crato, assim como a Faculdade de Filosofia Dom José em Sobral, eram partes constituintes.

Dentre a gama de possibilidades de escrita sobre a fundação de uma instituição de ensino, buscou-se apontar aqui a relação de interesses dos vários grupos presentes no processo, assim como o significado social que a formação profissional, seja ela qual for, ganha de acordo com o contexto histórico. Articulando aspectos sociais, políticos e culturais que constituem e dá sentido a uma instituição de ensino, representada dentro de um contexto social que, assim como influencia, também é influenciada.

A imagem do pioneirismo educacional da cidade do Crato, tomadas aqui pelos discursos, entrevem o alinhamento na busca do progresso, acompanhada pela manutenção de influência da Igreja Católica.

O almejado progresso devinha do amadurecimento da industrialização e pela latente re-significação do viver em comunidade, agora eminentemente urbana. Como consequência desse processo, se ver alterações, inclusive pela construção de legitimidade da cultura. Esse contexto é tomado pela Igreja com preocupação e ao mesmo tempo busca de adequação ao mundo moderno, empreendendo novas formas de viver a Igreja, de viver o catolicismo.

As novas gerações foram atribuídas comportamento extemporâneo no viver a modernidade, principalmente pelas influências e intervenções que tinham como mote a mudança das práticas sociais. Suas influências são percebidas já no início da década de 60, marcadas por várias manifestações que expressavam o idealismo da esquerda política, e que logo ganharam um tom mais rebelde pelas manifestações estudantis contra os governos. Designa-se, além disso, uma proliferação no consumo de drogas, e de ideais de vida que rompia com o padrão cristão.

A massiva investida da Igreja Católica no ensino superior, acontece num período em que parte do mundo estava diante de várias mudanças comportamentais. As preocupações com a educação e moral logo se confirmaram pelo Concílio Vaticano II. Identifica-se na declaração *Gravissimum educationis* e no Decreto *Inter Mirifica*, uma atenção especial dirigida para a educação cristã e as novas gerações.

Voltando a cidade do Crato, especificamente a existência da Faculdade de Filosofia, o que se pode concluir é que ela congregou desejos, muitos aqui sequer imaginados, não obstante conseguiu imprimir na memória da cidade o seu papel de desbravadora do Ensino

Superior. Quanto ao seu desfecho, buscar em outros estudos entender, por hora, é pertinente parafrasear Chico Buarque quando diz: “[...] A história é um carro alegre, cheio de um povo contente, que atropela indiferente todo aquele que a negue”,⁵². Assim é também a construção de sentidos que legitima as instituições de ensino, a FFC, nasce soberana na década de 1960 e experimenta a acidez do progresso no início dos anos 1980, quando se amadurece a ideia da necessidade de se construir uma universidade, criada em 1986 a Universidade Regional do Cariri.

⁵² Chico Buarque de Holanda. Canción por la unidade latinoamericana. (pesquisar a referencia)

FONTES

- Álbum histórico do Seminário Episcopal do Crato (1875-1925).
- AUGUSTO. Monsenhor Raimundo. Histórico da Diocese do Crato. Jubileu de Diamante da Diocese. Crato, 1988.
- Constituição Federal de 1824. Disponível em:
<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1737>> Acesso em: 08 nov. 2010.
- Constituição Federal de 1891. Disponível em:
<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1760/constituicao_1891_texto.pdf?sequence=5> Acesso em: 08 nov. 2010.
- Constituição Federal de 1934. Disponível em:
<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8266>> Acesso em: 08 nov. 2010.
- Constituição Federal de 1937. Disponível em:
<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1765>> Acesso em: 08 nov. 2010.
- Constituição Federal de 1946. Disponível em:
<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3884/constituicao_1946_texto.pdf?sequence=1> Acesso em: 08 nov. 2010.
- Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo actual. *Gaudium et Spes*. Disponível em:
< http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html> . Acesso em: 08 nov. 2010.
- Carta Encíclica Divini Illius Magistri, 31 de dezembro de 1929. Disponível em:
<<http://www.fsspx-brasil.com.br/Page%2006-7-Divini-illius-magistri.htm>. >. Acesso em: 08 nov. 2010.
- Jornal A Ação, entre os anos de 1939 a 1985.
- Jornal A Ação, entre os anos de 1957 a 1975.
- Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf> Acesso em: 08 nov. 2010.
- Texto de F.S. Nascimento, retirado do Jornal Unitário de 21 de Dezembro de 1962, pág. 6. Fortaleza, Ceará.

- Letra da música Eu vou pro Crato de autoria de Luíz Gonzaga e Josué Jataí. A música foi gravada em 1963 no disco Pisa no Pilão (Festa do Milho), pela gravadora RCA Victor. Disponível em:
<http://www.luizluagonzaga.mus.br/index.php?option=com_content&task=view&id=330&Itemid=103>. Acesso em: 08 nov. 2010.
- MONTENEGRO, Padre Francisco. A diocese do Crato. Os Quatro Luzeiros da Diocese. Crato, 1999.
- Anais da Faculdade de Filosofia do Crato – F.F.C., Tomo I, 1959-1960.
- Anais da Faculdade de Filosofia do Crato – F.F.C., Tomo II, 1960.
- Anais da Faculdade de Filosofia do Crato – F.F.C., Tomo III, 1962.
- Anais da Faculdade de Filosofia do Crato – F.F.C., Tomo IV e V, 1963-1964.
- Hyhyté - Revista da Faculdade de Filosofia do Crato. Volumes 01, 02 e 04.
- Cadernos do Cariri, Série Cultural Política. Nº04, 1965
- COELHO, Antonio C. Crato em 1957.
- OLIVEIRA, Mons. Pedro Rocha. Aula Sapiencial. 1970.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.**

Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. **Igreja, sindicato e a organização dos trabalhadores.** 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira.** 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BARROS, José D' Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens.**

Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Cidade e História.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas).

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto; EDUSP, 2ª edição, 1994.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial.** 2ª ed. ver. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume –Dumará, 1996.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **O Jornal na História: Lugar do encontro de Fontes Escritas, Orais e Imagéticas.** In: CAVALCANTE, Maria Juraci e outros. História da Educação – Vitrais da Memória: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza, Edições UFC, 2008, pp. 540-554.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** Petrópolis/RJ, Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990.

_____. **Práticas de Leitura**. Brasília, Estação Liberdade, 1996.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A Construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. 2000. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CUNHA, L. A. **“Ensino superior e universidade no Brasil”**. In: LOPES, M.E; FARIA FILHO, L.M. VIEIRA, G.C (orgs) (2000). 500 anos de educação no Brasil. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DIAS-DA-SILVA, Maria Helena G. Frem. **Política de formação de professores no Brasil: as cidades da reestruturação das licenciaturas**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 381-406, jul./dez. 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

HALBWACHS. Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. EFRJ, 1993.

KÜNG, Hans. **Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas (1956-1961): Processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Trad. Maria Victoria Benevides. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002 .

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo, Editora da Unicamp, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira. A voz e a vez na história da educação (conversa ã boca de cena). In: VASCONCELOS, J. G. et al. (Orgs.). **Interfaces metodológicas na história da educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade: (re) inventando o sertão nordestino na década de 70**. São Paulo, Annablume, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS FILHO, Antonio & GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3ª edição. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, [s.d]. pág. 182.

MARTINS FILHO, Antônio. **Memórias-maioridade, II por Antônio Martins Filho**. Fortaleza: Imprensa Universitária- UFC, 1994.

MEIHY, José Carlos. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Cecília de Sousa (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MOURA, A. C.... et. al./ SALEN, Helena. (coord.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo, Brasil Debates, 1981.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: Projeto História, nº 10. São Paulo: PUC, 1993. pp. 07-28.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

PINHEIRO, Francisco José. **O processo de romanização no Ceará.** In: SOUZA, Simone (Coord.). História do Ceará. Fortaleza: Universidade federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha / Stylus Comunicações, 1989. pp. 193-204.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social** In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 5, Nº 10, 1992.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinas.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** 12ª ed. –Campinas, SP: Autores Associados, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis, Vozes, 1978.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAIS, Maria Célia Marcondes de; EVANGELHISTA, Olinda. **Política educacional.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, mai./jun./jul./ago. 2000.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, Vozes, 2002.

VASCONCELOS JÚNIOR, R.E. de P. **As territorialidades das ações instrucionais da Igreja Católica no Ceará.** In: VASCONCELOS, J. G; NASCIMENTO, J. C. do (Orgs.). História da educação no Nordeste Brasileiro. Coleção Diálogos intempestivos, n. 38. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

VIANA, José Italo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade.** 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará: sobre promessas fatos e feitos.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ANEXOS

ANEXO A- Imagens da Igreja da Sé do Crato e do Seminário São José.



Fonte: Acervo da autora.



Fonte: Acervo da autora.

ANEXO B- Fotos da cidade do Crato na primeira metade do século XX.



Fonte: Acervo da autora.



Fonte: Acervo da autora.

ANEXO C- Currículo Vitae de José Newton Alves de Sousa

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO CARIRI
FACULDADE DE FILOSOFIA DO CRATO
AGREGADA À UNIVERSIDADE DO CEARÁ
CURRÍCULUM VITÆ DE PROFESSOR, PARA OS EFEITOS DA
ALÍNEA "D", DO ART. 4.º, DO DEC. LEI N.º 421, DE 11/5/938

CADEIRA DE SOCIOLOGIA GERAL E EDUCACIONAL

PROFESSOR : —

Nome JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUSA

Filiação JORGE LUCAS DE SOUSA e ISABEL ALVES DE SOUSA

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade CRATO - CEARÁ

Data do nascimento 5 de junho de 1922

TÍTULOS E DIPLOMAS DO PROFESSOR (obs. — mencionar o registro no
M. E. C.): — Bacharel em Ciências Sociais

Licenciado em Ciências Sociais

Certificado de frequência regular ao Curso de "Introdução ao Método histórico-crítico", ministrado pelo prof. C. Fidelis Ott, em 1944, na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia

Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato

OBRAS PUBLICADAS PELO PROFESSOR (obs. — mencionar a editora e data da edição): —

"LIBERALISMO, SOCIALISMO e CRISTIANISMO" (Tip. Cariri - Crato - Ceará)
1951

"DIAS DE GRAÇA E DE LUZ" (Tip. N.S. Loreto - Salvador - Bahia - 1958)

"O QUE O MARIDO ESPERA DA ESPÓSA" (Tip. Loreto - Salvador - Bahia - 1960)

ATIVIDADES DIDÁTICAS DO PROFESSOR : —

Professor de Pesquisa Social, em 1950, na Escola de Serviço Social da Bahia.

Professor de Elementos de Economia, de 1952 a 1957, nas Escolas Técnicas de Comércio LUIZ TARQUÍNIO e S. JERÔNIMO, de Salvador, Bahia.

Professor de Etnologia Geral e Etnologia do Brasil, de 1953 a 1957, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Crato.

TRABALHOS REALIZADOS (pesquisas, etc.): -

Na Escola de Serviço Social da Bahia:

"CONDIÇÕES SOCIAIS E HUMANAS DA INFÂNCIA POBRE DO BAIRRO LIBERDADE"
"CONDIÇÕES SOCIAIS E HUMANAS DAS DOMÉSTICAS NUM BAIRRO DE SALVADOR"

Na Faculdade Católica de Filosofia da Bahia:

"O PRECONCEITO DE CÔR NA BAHIA" (Capital)
"O SINCRETISMO RELIGIOSO NA CAPITAL DA BAHIA"
"O COMPORTAMENTO SOCIAL DO MESTIÇO NA BAHIA"

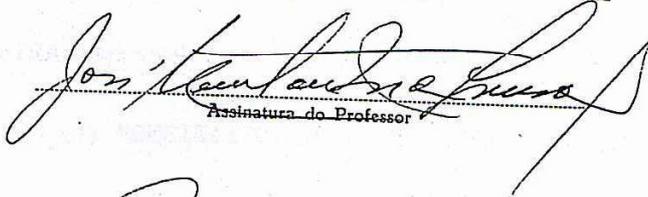
Para a tese de doutoramento (trabalho não concluído):

"O MESTICISMO E O GANGACEIRISMO NO NORDESTE DO BRASIL" (pesquisas realizadas no Ceará, no Piauí e no Maranhão).

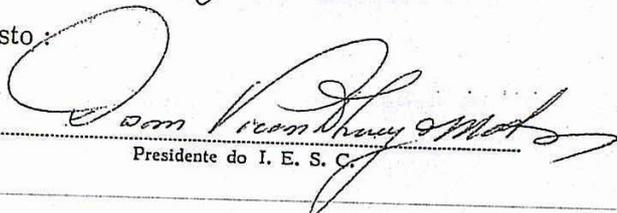
Observações: -

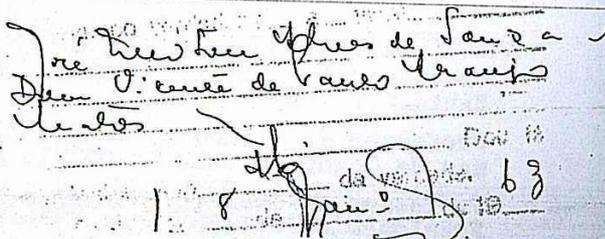
O professor possui ainda outras obras publicadas, em prosa e verso. Pertence ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e ao Instituto Cultural do Cariri, é Técnico em Educação da Universidade do Ceará, é Diretor da Revista Plenitude.

Crato - Ceará, 22 de dezembro de 1962

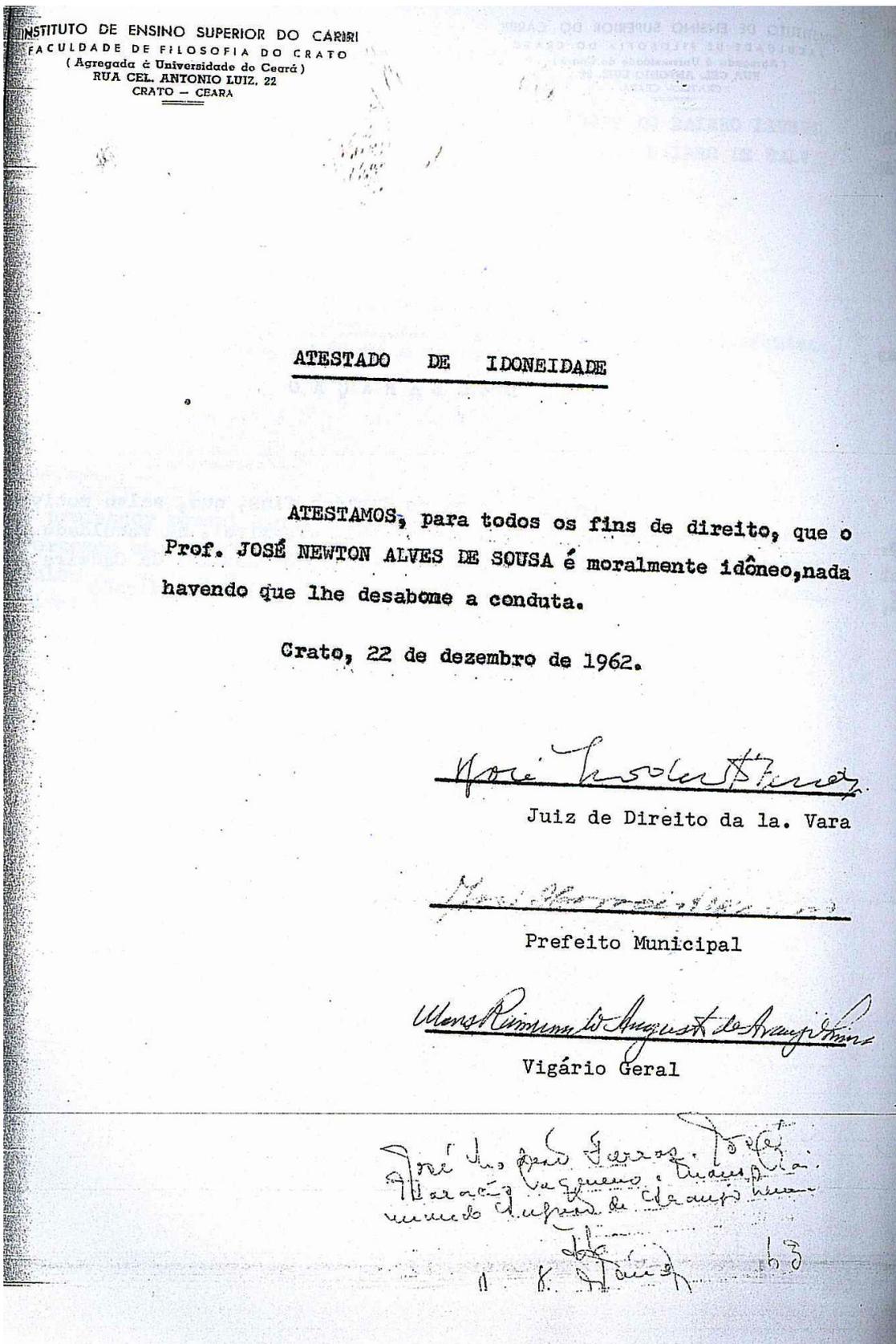

Assinatura do Professor

Visto:


Presidente do I. E. S. C.


João de Deus de Sousa
Dom V. de Deus de Sousa
de Deus
da
de

ANEXO D- Atestado de idoneidade de José Newton Alves de Sousa.



Fonte: Acervo da autora.

ANEXO E- Solicitação para funcionamento do Curso de Didática

(Agregada à Universidade do Ceará)
RUA CEL. ANTONIO LUIZ, 22
CRATO - CEARÁ

EXMO. SR; PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

O Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato (agregada à Universidade do Ceará), Prof. JOSÉ NEWTON ALVES DE SOUSA, vem, respeitosamente, expor e requerer a V. Excia. o seguinte:

A Faculdade de Filosofia do Crato, autorizada a funcionar pelo Decreto Nº 48 131, de 20 de abril de 1960, mantendo os cursos de PEDAGOGIA, HISTÓRIA, LETRAS NEOLATINAS E LETRAS ANGLÓ-GERMÂNICAS, diplomou, em 1962, a primeira turma de bacharéis (anexo nº 1)

Posto que suas finalidades sejam amplas e variadas, consoante o Art. 2º, itens I, II, III, IV e V do Regimento (anexo 2, página 63), verdade é, também, que a zona em que está localizada (anexo 2) reclama, de modo imediato, a formação de professores para o ensino de grau médio. No Gariri, o número de ginásios, colégios, escolas técnicas de comércio, escolas normais, tendo aumentado desproporcionalmente ao de professores credenciados, impõe a necessidade de licenciados por Faculdade de Filosofia, problema cuja solução está na competência específica desta Escola, como estabelecimento a isto destinado.

E para que os futuros licenciados melhormente se preparem para o exercício docente, a Faculdade de Filosofia do Crato firmou convênio com a Diretoria do Ginásio e da Escola Normal Rural Madre Ana Couto, desta cidade, com o objetivo de transformá-los em ginásio e escola normal de aplicação. (anexo nº 3).

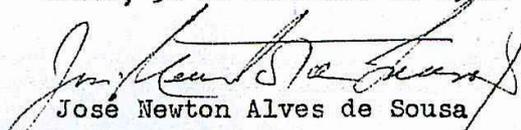
Eis as razões pelas quais venho solicitar a V. Excia. que se digne autorizar o funcionamento, em 1963, do Curso de Didática, previsto no Regimento desta Faculdade (Art. 4º, item D; Art. 22º, anexo 13), juntando, para isto:

- a) a relação dos professores com as respectivas cadeiras (anexo nº 4);
- b) os respectivos curricula vitae (anexos nºs 5/12)

- c) o histórico da Faculdade de Filosofia do Crato (anexo 13, páginas 7/19)
d) atividades gerais (anexo 13, páginas 21 e anexo 14)
e) o Regimento (anexo 13, páginas 63/102).

Cumpre notar que, à exceção da Prof^a Maria Antélvia Cândido, todos os outros já constam, ou da relação aprovada no processo de autorização inicial da Faculdade ou da relação posteriormente aprovada pelo Egrégio Conselho da Universidade do Ceará.

Crato, 31 de dezembro de 1962.


José Newton Alves de Sousa

Diretor da Faculdade de Filosofia do Crato